

**COLÉGIO ESTADUAL MÁRIO DE ANDRADE – ENSINO FUNDAMENTAL,
MÉDIO, NORMAL E PROFISSIONAL**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

NOVEMBRO DE 2011

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	04
2	INTRODUÇÃO.....	05
3	OBJETIVOS GERAIS.....	07
4	MARCO SITUACIONAL.....	07
4.1	Cursos em Funcionamento no colégio.....	07
4.2	Turmas e Horários de funcionamento dos cursos.....	16
4.3	Quanto a Estrutura física, o Colégio dispõe:.....	17
4.4.	Recursos Humanos.....	17
4.5	Situação atual Comunidade Escolar.....	18
5	MARCO CONCEITUAL.....	21
5.1	Concepção de sociedade.....	21
5.2	Concepção de infância.....	22

5.3	Concepção	3
Adolescência.....		de
.....22		
5.4	Concepção	de
Homem.....		
.....23		
5.5	Concepção	de
Educação.....		
.....24		
5.6	Concepção	de
Integral.....		Educação
25		
5.7	Concepção	de
Conhecimento.....		
.....27		
5.8	Concepção	de
Escola.....		
.....29		
5.9	Concepção	de
Currículo.....		
.....30		
5.10	Concepção	de
Letramento.....		Alfabetização e
.....32		
5.11		Concepção
Pedagógica.....		
.....32		
5.12	Concepção	de
Avaliação.....		
.....32		
5.13	Concepção	de
Classe.....		Conselho de
.....34		

	4
5.14 Participativa.....	Gestão
.....35	
5.15 Concepção de Formação	Formação
Continuada.....	36
5.16 Multidisciplinar.....	Equipe
.....37	
5.17 Colegiadas.....	Instâncias
.....38	
5.19 Concepção de Inclusão e suas	
Formas.....	39
5.20 Apoio.....	Sala
.....40	
5.21 Sala de Recursos.....	de
.....41	
5.22 Sala de Recursos para Indicadores de Altas	
Habilidades.....	41
6 OPERACIONAL.....	MARCO
.....42	
6.1 Alfabetização e Letramento.....	
.....42	
6.2 Avaliação.....	
.....43	

6.3	Conselho	
Classe.....		
.....46		
6.4		Formação
Continuada.....		
.....47		
6.5		Equipe
Multidisciplinar.....		
.....48		
6.6		
Inclusão.....		
.....48		
6.7		Sala
Apoio.....		
.....49		
6.8	Sala	de
Recursos.....		
.....49		
6.9	Sala de Recursos para Indicadores de Altas	
Habilidades.....		
.....49		
6.10		Hora
Atividade.....		
.....50		
6.11	Plano de Trabalho	
Docente.....		
.....50		
6.12		Instâncias
Colegiadas.....		
.....50		
6.13	Critérios para Organização	
Curricular.....		
.....51		
6.14	Programas desenvolvidos pela	
Escola.....		
.....51		

6.15	Calendário	
Escolar.....		
.....		51
6.16	O que a Escola dispõe para realizar seus	
Projetos.....		52
6.17	Avaliação do Projeto Político	
Pedagógico.....		52
ANEXOS.....		
.....		53
REFERENCIAL		
BIBLIOGRÁFICO.....		
.....		58

1. APRESENTAÇÃO

Percorrendo a história da Educação do Paraná, através das Diretrizes Educacionais, atualmente, os fundamentos e pressupostos que embasam este documento é a Pedagogia Histórico-Crítica. Esta tendência pedagógica tem como precursor o professor Dermeval Saviani o qual que enfatiza a importância da escola, afirmando que a mesma tem a função de transmitir e mediar os conhecimentos

científicos produzidos ao longo da história pela humanidade, procurando formas para que esses conhecimentos sejam apropriados pelos alunos e assim contribuindo para a formação das futuras gerações. Segundo ele os conhecimentos devem ser integrados e, gradativamente, aprofundados no dia a dia do educando. Porque isto requer uma metodologia contextualizada em todas as áreas, evidenciando que o conhecimento é uma produção humana e histórica, com dimensões conceituais, científicas, históricas, econômicas, ideológicas, políticas, culturais e educacionais que devem ser explicitadas e apreendidas no processo ensino-aprendizagem.

Tendo em vista análises dos dados sobre a realidade dos alunos, família, professores e as Diretrizes Curriculares Estaduais, optamos pela Pedagogia Histórico-Crítica, por entender que esta metodologia objetiva resgatar a importância da escola e reorganizar o processo educativo, enfatizando o saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade do saber escolar e também porque traz elementos que permitem a compreensão sobre a importância e função social da educação.

Seguindo a lógica do método dialético do conhecimento proposto por Saviani (1991), esta proposta esclarece que o movimento do pensamento parte de uma visão caótica do todo e através da análise e da reflexão chega a uma visão mais clara deste todo, em suas diferentes dimensões.

Para Gasparin (2003), a teoria dialética do conhecimento se constitui em três fases: prática concreta, teoria, prática transformada. A partir da prática social, é possível questionar, analisar, comparar, criticar, levantar hipóteses, julgar, explicar a ação cotidiana, buscando conhecimento sobre as causas, e, a partir daí, tomar outro direcionamento da ação.

2. INTRODUÇÃO

O Colégio Estadual Mário de Andrade – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, com sede à Rua Tenente Camargo, nº 345, Bairro Luther King, município de Francisco Beltrão, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, foi aprovado através do Decreto 14006 de 29/01/64, então denominado Ginásio Estadual de Francisco Beltrão, sendo designado seu primeiro Diretor, Dr. Waltrudes Silveira Neto.

Em 1970, o Ginásio de Francisco Beltrão passou a denominar-se “Ginásio Estadual Mário de Andrade”, pelo Decreto nº. 21289 de 14/10/70, em homenagem à personalidade de Mário de Andrade, figura ilustre da Literatura Brasileira. Em 11/12/70, pelo Decreto nº. 21.863, foi criado o 2º Ciclo (Curso Científico), passando então o antigo Ginásio a denominar-se “Colégio Estadual Mário de Andrade – Ensino de 1º e 2º Graus”.

Em 1973, em atendimento à Lei nº5692/71, foram implantadas as primeiras classes de 5ª séries regidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Em 1975, implantou-se o Ensino Supletivo de 1º Grau dentro dos princípios da Lei nº. 5692/71, passando o estabelecimento a oferecer três cursos distintos: Fundamental, Supletivo de 1º Grau, regidos pela Lei nº. 5692/71 e Curso Científico, regido pela Lei nº. 4024/61.

Em 1979, formaram-se as últimas turmas do Curso Científico, que foi extinto a partir dessa data.

Em 1980, o Colégio Estadual Mário de Andrade, passa a absorver também o Ensino de 2º grau, nas três habilitações: Magistério, Auxiliar de Escritório e Técnico em Contabilidade e, com o processo de reorganização, passou a constituir-se num só Estabelecimento de Ensino – Colégio Estadual “Mário de Andrade” – Ensino de 1º e 2º Graus, oficialmente através do Decreto nº 2252/80 da Secretaria de Estado da Educação.

Com as alterações sofridas na nova LDB 9394/96, no que se refere às terminologias, O Colégio passa a denominar-se Colégio Estadual “Mário de Andrade” – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, através da Resolução nº. 3120/98 de 11/09/1998.

Com a Nova LDB, são extintos os Cursos Profissionalizantes (Magistério, Auxiliar de Escritório e Técnico em Contabilidade) sendo implantado o Ensino Médio gradativamente, enquanto ocorre a extinção gradativa do Curso de Educação Geral.

Através da Resolução 900/99 de 25 de fevereiro de 1990 e Parecer nº376/99 CEE, criou-se o Curso Pós Médio, Modalidade Técnico em Gestão, a partir de 1999, extinto em 2001.

A Instrução Conjunta nº. 1745/05 – SUED/DEP autoriza a implantação do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, a partir do

ano de 2004, cuja organização curricular é integrada ao Ensino Médio, com observância na Deliberação nº. 010/99 há também desde 2006 o curso na modalidade aproveitamento de estudos e desde 2009 na modalidade subsequente.

Também em 2004, no Colégio, passou a funcionar o Curso Técnico em Administração, gradativamente, sendo que no ano de 2009 o curso passou a atender alunos na modalidade subsequente com aproveitamento de estudos.

Em 2006 iniciou-se o Curso Profucionário, como Formação Continuada para os funcionários, hoje Agente Educacional I e II.

Este Curso funciona aos sábados, atualmente com sete (07) turmas no Colégio: Técnico em Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos, Manutenção do Meio Ambiente e Infraestrutura Escolar, Alimentação Escolar, Biblioteconomia Escolar. Tem ainda duas (02) turmas descentralizadas de Técnico em Secretaria, nos municípios de Santa Isabel D'Oeste e Pranchita.

Também em 2006 inicia o funcionamento da Casa Familiar Rural, na Linha Vila Lobos em Francisco Beltrão, tendo como escola base o Colégio Estadual Mário de Andrade.

O Colégio contempla ainda três turmas do CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras e Modernas): uma turma de Italiano e duas turmas de Espanhol.

3. OBJETIVOS GERAIS:

Conforme a LDB 9394/96:

Art. 2º. A educação é dever, da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único. O aluno matriculado no Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à Educação Profissional.

Art. 40. A Educação Profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

4. MARCO SITUACIONAL

4.1 Cursos em funcionamento no Colégio

Ensino Fundamental (5ª a 8ª) séries/ 6º ao 9º ano

Seriação/ duração/carga horária: seriação anual, mínima de quatro anos, com avaliações trimestrais, com carga mínima anual de oitocentas (800) horas, considerando aulas de até cinquenta (50) minutos, sendo obrigatória a participação de, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) da frequência do total das horas letivas previstas em lei para aprovação. Isso distribuído em duzentos (200) dias letivos, como prevê a Lei.

A partir do ano 2012 a escola passa a ofertar o Ensino Fundamental de Nove Anos, qual seja de 6º ao 9º ano, devido à Lei 11.114/05, que altera o artigo 6º da LDB, sendo a aprovação de forma simultânea, passando a nomenclatura de série para ano.

Curso Ensino Médio

O Ensino Médio ofertado pelo Colégio Mario de Andrade tem as seguintes características: a seriação anual, mínima de três anos com avaliações trimestrais, com a carga horária mínima anual, de mil (1000) horas, considerando aulas de até cinquenta (50) minutos, sendo obrigatória a participação de, pelo menos, setenta e cinco por cento (75%), da frequência do total das horas letivas previsto em lei.

Oferece o regime de progressão parcial, com limite máximo de duas disciplinas.

Curso de Formação de Docentes para Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Normal Integrado- Nível Médio.

O Curso foi implantado no ano de 2004, por meio da Instrução Conjunta n. 01/04 SEED/DEP. De acordo com a Proposta Curricular, o curso tem como objetivo a formação de professores para atuarem como docentes na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. A proposta traz como pressupostos curriculares os seguintes princípios: o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito da criança ao atendimento escolar de qualidade. Trabalho, Ciência e Cultura são as bases que sustentam estes princípios.

De acordo com o Decreto Presencial n. 5.154/04, que estabelece a organização curricular no formato “integrado”, isto é, a formação técnica profissional em nível médio integrada ao ensino médio, à duração do Curso Normal Médio Integrado tem como carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas horas) com duração de 04 (quatro) anos. Possui na sua matriz curricular um total de 4200 horas/aulas além da oferta sob forma de “aproveitamento de estudos” para alunos egressos do Ensino Médio, com duração de três anos. O curso é presencial e seriado e as aulas ministradas de segunda a sexta feira, num total de 05 (cinco) aulas diárias. O número máximo de alunos por turmas será de 36 (trinta e seis) e 18 (dezoito) alunos para prática de formação.

A Prática de Formação do Curso de Formação de Docentes, que compreende também estágio supervisionado, tem mínimo de 800 (oitocentas) horas, associando teoria e prática como parte integrante e significativa dessa área, e o efetivo exercício de docência, com duração mínima de 200 (duzentas) horas na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo 100 horas no primeiro semestre e 100 horas no segundo semestre. A parte prática, distribuída ao longo do Curso, deverá contextualizar e articular-se com as demais áreas curriculares (Del. 10/99 do CEE).

O curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Aproveitamento de Estudos está estruturado em três séries, perfazendo um total de 3.840h (três mil oitocentas e quarenta horas), com 840 horas de Estágio Supervisionado em contra turno. Sendo ofertado a alunos egressos do Ensino Médio. As disciplinas cursadas são de formação específica. A partir deste ano o curso é ofertado com nova Matriz Curricular composta de cinco semestres na modalidade subsequente.

Perfil do Profissional do Curso:

O aluno, ao concluir o curso, atuará como profissional da educação, com formação humana, comprometido com a efetivação de diretrizes e ações que venham responder aos anseios das famílias e das crianças, assim como aspectos didáticos pedagógicos voltados para o atendimento às peculiaridades das aprendizagens infantis e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, possuindo uma formação sólida dos conhecimentos psicológicos, filosóficos e socioantropológicos e os conhecimentos psicolinguísticos, para que cumpra seu papel de promover e ampliar o grau de letramento dos alunos.

Ao concluir o curso, organizado de forma conjugada, será oferecido diploma, especificando o direito ao exercício profissional.

Prática de Formação:

A Prática de Formação (estágio supervisionado) terá o mínimo de 800 (oitocentas) horas, associando teoria e prática como parte integrante e significativa dessa área, e o efetivo exercício de docência, com duração mínima de 200 (duzentas) horas, sendo 100 horas no primeiro semestre e 100 horas no segundo semestre na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A parte prática, distribuída ao longo do Curso deverá contextualizar e articular-se com as demais áreas curriculares. (Del. Nº. 010/99)

A Prática de Formação (estágio supervisionado) está dividida por eixos temáticos conforme a série:

1. Na primeira série, as práticas pedagógicas se concentrarão nos “sentidos e significados do trabalho do professor/educador”, em diferentes modalidades e dimensões. O eixo será possibilitar a observação do trabalho docente pelos alunos. Isso implicará visitas às:

- a) creches;
- b) instituições que tenha maternal e pré-escola;
- c) escolas, preferencialmente na 1ª e 2ª séries.

2. Na segunda série, os alunos terão contato com situações problemas no âmbito de algumas modalidades específicas e de experiências educacionais extra-

escolares. “A Pluralidade Cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação”. As observações ocorrerão em:

- a) creches e/ou escolas regulares, que tenham um número significativo de alunos portadores de necessidades educacionais especiais;
- b) instituições especializadas em diferentes necessidades especiais;
- c) projetos alternativos de educação popular;
- d) projetos voltados para a educação indígena e/ou educação do campo.

3. Na terceira série o eixo temático que norteará os estudos será “Os condicionantes da infância e da família no Brasil e os fundamentos da Educação infantil”. Os alunos devem fazer observação nas instituições de Educação Infantil e confeccionar o maior número possível de brinquedos utilizados nas creches e pré-escolas, com o intuito de pensar e refletir seus fundamentos sócio-psicológicos e suas funções no desenvolvimento infantil. Analisar e recuperar a história das brincadeiras infantis.

4. Na quarta série os alunos iniciam suas experiências práticas de ensinar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Nesta etapa o estágio deverá possibilitar ao aluno a elaboração de materiais didáticos, a seleção adequada dos mesmos e o desenvolvimento de técnicas de ensino adequadas para as crianças. Obrigatoriamente os alunos deverão fazer primeiro o estágio com crianças de 0 a 6 anos e, na segunda fase, com crianças de 7 a 10 anos, completando assim todo o ciclo dessa fase da educação.

Legislação que normatiza a Prática de Formação:

LDB 9394/96, artigo 82, parágrafo único.

Parecer 35/03 do CNE/CEB, que trata das normas para a organização e realização de Estágio de alunos do Ensino Médio e Educação Profissional.

Deliberação 10/99, artigo 10, alínea b, do inciso II e parágrafo único.

Resolução nº 01/04 do CNE/CEB que estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e EJA.

Parecer 01/99 CNE/CEB

Resolução 02/99 CNE/CEB

Em relação à estrutura pedagógica e de apoio ao Curso, o Colégio conta com:

A Equipe Pedagógica específica do Curso é composta, no mínimo, por um Coordenador de Curso, que atua com um mínimo de 10 (dez) horas, para cada 04 turmas, por turno, de acordo com o número de turmas e o Coordenador de Estágio, no mínimo de 10 (dez) horas, para cada 04 turmas por turno, de acordo com a Deliberação nº. 010/99.

Curso Técnico em Administração: integrado

Eixo Tecnológico: Gestão de Negócio

O Curso Técnico em Administração visa o aperfeiçoamento na concepção de uma formação técnica que articule trabalho, cultura, ciência e tecnologia como princípios que sintetizem todo o processo formativo. Possui como eixo orientador a perspectiva de uma formação profissional como constituinte da integralidade do processo educativo.

Assim, os três componentes curriculares: base nacional comum, parte diversificada e parte específica integram-se e articulam-se garantindo que os saberes científicos e tecnológicos sejam à base da formação técnica. Por outro lado, as ciências humanas e sociais permitirão que o técnico em formação se compreenda como sujeito histórico que produz sua existência pela interação consciente com a realidade construindo valores, conhecimentos e cultura.

O Curso Técnico em Administração vem ao encontro da necessidade da formação do Técnico numa perspectiva de totalidade e constitui-se numa atividade com crescente exigência de qualificação.

A organização dos conhecimentos, no Curso Técnico em Administração, enfatiza o resgate da formação humana onde o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa.

O Curso conta com um Coordenador de Curso, que atua com um mínimo de 10 (dez) horas, para cada 04 turmas, por turno, de acordo com o número de turmas.

Objetivos do Curso:

Organizar experiências pedagógicas que levem à formação de sujeitos críticos e conscientes, capazes de intervir de maneira responsável na sociedade em que vivem;

Oferecer um processo formativo que assegure a integração entre a formação

geral e a de caráter profissional de forma a permitir tanto a continuidade nos estudos como a inserção no mundo do trabalho;

Articular conhecimentos científicos e tecnológicos das áreas naturais e sociais estabelecendo uma abordagem integrada das experiências educativas;

Oferecer um conjunto de experiências teóricas e práticas na área com a finalidade de consolidar o “saber fazer”;

Destacar em todo o processo educativo a importância da preservação dos recursos e do equilíbrio ambiental;

Propiciar conhecimentos teóricos e práticos amplos para o desenvolvimento de capacidade de análise crítica, de orientação e execução de trabalho na área de administração;

Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido.

Dados gerais do Curso:

Habilitação Profissional: Técnico em Administração

Carga Horária Total do Curso: 4.000 horas aula ou 3.333 horas

Regime de Funcionamento: de 2.^a a 6.^a feira, nos períodos manhã e noite.

Regime de Matrícula: Anual

Período de Integralização do Curso: Mínimo 04 (quatro) anos

Requisitos de Acesso: Conclusão do ensino fundamental

Modalidade de Oferta: Presencial

Perfil Profissional do Curso:

O Técnico em Administração domina conteúdos e processos relevantes do conhecimento científico, tecnológico, social e cultural utilizando suas diferentes linguagens, o que lhe confere autonomia intelectual e moral para acompanhar as mudanças, de modo a intervir no mundo do trabalho. Executa as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques. Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e material. Utiliza ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

Ao final dos quatro anos, o aluno deverá buscar um curso superior para, assim, dar continuidade aos conhecimentos adquiridos na escola e ampliar seu perfil profissional de administrador. Para a instituição escolar, isto significa prioritariamente, um profissional capaz de interagir com o outro, com a sociedade, que tenha, portanto, formação técnica profissional e também humana.

Organização Curricular:

A Matriz Curricular foi alterada em 2010 e implantada gradativamente, substituindo gradativamente a matriz de 2007.

O Curso Técnico em Administração Subsequente, com organização curricular específica tem como propósito o desenvolvimento profissional do educando, procurando formá-lo com uma visão crítica, capaz de analisar as atividades econômicas, financeiras, mercadológicas, patrimoniais e outras atividades afins, assim como, ser um agente capaz de interferir positivamente na sociedade.

CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas):

As atividades do CELEM são integradas às demais atividades do estabelecimento, subordinando-se a todas as suas instâncias pedagógicas e administrativas. Deverá atender a todas as disposições da Resolução n 3904/2008 e da Instrução n 019/2008 – SUED/SEED

Os cursos são anuais. O início das aulas é concomitante ao início do período letivo das aulas da Matriz Curricular. Os mesmos são destinados aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica e também à comunidade, que poderá usufruir dos cursos, num total de até 30% das vagas sobre o número máximo de alunos por turma, desde que comprovada à conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A carga horária semanal dos cursos será de 04 (quatro) horas/aula de até 50 minutos, distribuídas em até dois dias, preferencialmente não consecutivos. As turmas serão formadas com um mínimo de 20 (vinte) alunos e máximo de 30 (trinta) alunos.

A avaliação é contínua, cumulativa e processual, devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considera as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Os resultados das atividades avaliativas são analisados durante o período letivo pela equipe pedagógica, direção e professores,

observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecer novas ações pedagógicas.

Casa Familiar Rural

A Casa Familiar Rural, localizada na Linha Vila Lobos, no município de Francisco Beltrão, desde o ano de 2006, tem como escola base o Colégio Estadual Mario de Andrade. Este, por sua vez, atende toda a parte legal, bem como pedagógica. Os professores participam das capacitações junto com os professores do Colégio Estadual Mário de Andrade, que atende atualmente as seguintes turmas: 7ª série, 8ª série e 1º Ano Ensino Médio, totalizando 46 alunos.

Os alunos têm aulas no período integral, tendo como pressuposto metodológico a Pedagogia da Alternância, princípio de aprendizagem organizada em função do trabalho, permitindo períodos de formação na sede da escola, em regime de internato, alternados com períodos no meio familiar. Sendo que a avaliação ocorre conforme o previsto no Regimento Escolar do Mario de Andrade.

Curso Profucionário:

É um Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores, implementado pela educação profissional, na oferta de cursos na área Técnica em Nível Médio possibilitada pela instituição legal da 21ª Área Profissional, sendo hoje denominado Eixo Tecnológico de Apoio Educacional.

Esta formação para os Funcionários da Educação busca unir as dimensões técnicas e pedagógicas imprescindíveis para a formação humana, comprometida com a ética, profissionalização e construção de uma educação de qualidade para todos.

O curso é realizado em regime modular na forma subsequente e semipresencial, sendo 30% da carga horária realizada presencialmente e 70% realizada a distância.

O objetivo do curso é oferecer formação profissional em Nível Médio à distância, aos funcionários (Agente Educacional I e II), que atuam na rede de ensino da educação básica pública. Oferece formação na Área de Apoio Escolar, com habilitações em Secretaria Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Biblioteconomia, Manutenção do Meio Ambiente e Infraestrutura Escolar.

O Técnico em Secretaria Escolar deverá auxiliar na administração da escola, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e

tecnologia na escola, com capacidade para construir, propor, participar, interferir, conduzir, refletir, mediar e dialogar com a comunidade escolar na perspectiva de emancipação do exercício da cidadania e da responsabilidade social coletiva.

O Técnico em Multimeios Didáticos deverá se apropriar, decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar. Deverá agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, sua emancipação e autonomia, facilitadas pelo uso dos recursos disponíveis na escola.

O Técnico em Biblioteconomia deverá atuar no tratamento, recuperação e disseminação da informação em ambientes físicos e virtuais executando atividades auxiliares, especializadas e administrativas, relacionadas a rotinas de bibliotecas ou dos centros de documentação e informação, quer no atendimento ao aluno, na administração do acervo ou na manutenção de banco de dados, além de colaborar no controle e na conservação de documentos e equipamentos.

O Técnico em Alimentação Escolar deverá preparar, selecionar e preservar os alimentos, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar. Atuará como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural e esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais.

O Técnico em Meio Ambiente e Manutenção da Infra-Estrutura Escolar deverá preservar, refletir, valorizar e integrar o ambiente físico escolar, bem como o patrimônio como espaço educativo, agindo como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico, do meio ambiente e do patrimônio escolar.

Aos sábados funcionam sete (07) turmas do curso Profuncionário, na modalidade de Formação Inicial e ascensão ao Plano de Carreira para Agente Educacional I e II.

Há ainda duas (02) turmas descentralizadas de Técnico em Secretaria, nos municípios de Santa Isabel Do Oeste e Pranchita.

A Avaliação da Formação Pedagógica ocorre pela construção de Memorial com anotações da prática e das atividades à distância, fichas de frequência e relatório final.

A recuperação de estudos é um dos aspectos da aprendizagem que considera a necessidade de retomada de saberes não apreendidos pelos cursistas.

4.2 Turnos e horários de Funcionamento dos Cursos

Matutino – 7h30min às 11h40min, com (vinte e uma) 21 turmas, sendo: seis (06) turmas do Curso de Formação de Docentes – Integrado, seis (06) turmas de Técnico em Administração – Integrado, nove (09) turmas de Ensino Médio, duas (2) sala de apoio: (português e matemática), três (03) salas de recursos: (uma de altas habilidades/superdotação duas (02) de recursos).

Vespertino – 13h15min às 17h15min, com: quatorze (14) turmas de Ensino Fundamental, três (03) turmas do Ensino Médio e uma (01) turma do CELEM de Espanhol.

Intermediário da tarde: Uma (01) turma CELEM Espanhol.

Noturno – 19h15m as 23h15m, com duas (02) turmas do Curso de Formação de Docentes – Integrado, **uma (01) com Aproveitamento de Estudos e uma (1) Subsequente**, quatro (04) turmas de Técnico em Administração – Integrado e duas **(2) Subsequente**, cinco (05) turmas de Ensino Médio, **uma (01) turma de CELEM Espanhol e uma (01) turma de CELEM Italiano.**

4.3 Quanto à estrutura física, o Colégio dispõe:

Há 21(vinte e uma) salas de aula, sendo uma sala adaptada, distribuídas em 03 (três) alas;

1 (uma) sala reservada para vídeo e reuniões;

1 (uma) sala-oficina para atividades especiais, como prática, dinâmicas palestras e exposições de trabalhos;

1 (uma) sala para prática de hora atividade dos professores com computador, Internet.

1 (uma) biblioteca, reunindo um acervo aproximado de 18.000 (dezoito mil) livros;

1 (um) laboratório de informática, com espaço para instalação de 40 (quarenta) computadores (atualmente com 20 equipamentos);

1 (um) laboratório de informática Proinfo com 10 computadores;

1 (um) laboratório para prática de experiências de Ciências, Física, Química e Biologia;

1 (uma) sala para matemática, para, para utilização de material concreto;

1 (um) Ginásio de Esportes, completo, podendo abrigar 1000 (mil) alunos;

1 (uma) piscina semi-olímpica;

1 (uma) cozinha para a preparação da merenda escolar;

1 (uma) cantina escolar, para venda de lanches;

1(uma) ala administrativa, que abriga a direção, secretaria;

3 (três) salas para atuação da Equipe Pedagógica e Coordenação;

21 (vinte e um) TVs pendrive, 07 (sete) Vídeos e 03 (dois) DVDs;

3 (três) retro projetores e respectivas telas;

1 (uma) duplicadora;

2 (uma) máquina foto copiadora (**Xerox**);

1 (um) **notebook**;

2 (dois) **projetores de imagem**;

5 rádios. **TV ambulante + laboratório**

4.4 Recursos Humanos:

Em relação aos recursos humanos, 100% dos professores, equipe pedagógica e direção, possuem curso superior e especialização na disciplina de sua atuação. Destes, 11% concluíram ou estão cursando o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), programa de Formação Continuada da SEED.

Alguns Agentes Educacionais estão cursando o Ensino Médio e outros já o concluíram. Alguns cursam o Ensino Superior e Pós-Graduação, assim como o curso do Pró-Funcionário, iniciado em 2006, oportunizando a Formação Continuada a estes funcionários das escolas estaduais não só deste estabelecimento, mas do Núcleo Regional de Educação de Francisco Beltrão, visando um melhor desempenho em suas respectivas funções.

4.5 Situação atual da comunidade escolar:

De acordo com pesquisa de campo realizada em 2005 e atualizada em 2010, com alunos, pais, professores, agente educacional I e II, equipe pedagógica, direção e comunidade escolar, obtiveram os seguintes resultados:

Na pesquisa realizada com alunos constatou-se que pouco mais da metade é do sexo feminino, com idade entre 12 a 20 anos, solteiros e sem filhos, moram com o pai e a mãe, a maioria mora em casa própria e com boa infraestrutura.

O meio de locomoção mais utilizado para virem à escola é a pé, de carona e de bicicleta. Outros de bicicleta e, uma parcela, utiliza o transporte municipal-ônibus-oferecido pela prefeitura.

Em torno de 50% dos alunos tem um trabalho remunerado, o que explica a diferença entre o Médio e o Fundamental, que são menores de idade. Alguns participam de Programas Sociais do Governo Federal. A grande maioria vem da zona urbana, embora os da zona rural sejam em número expressivo.

Em relação ao lazer ou tempo livre, a maioria declarou que lê livros de ficção, o jornal é lido esporadicamente, ouvem música, alguns praticam esportes, mas muitos declaram que sua prática de esportes se resume as aulas de Educação Física. No entanto, os entretenimentos preferidos são a televisão, o rádio e o computador, no qual buscam informação e atualização pela internet. A grande maioria lê dois livros por ano.

No que se refere aos estudos, consideram importante para a vida pessoal e profissional, o acesso ao conhecimento, enquanto para alguns não passa de uma oportunidade de interação e um meio de fazer novas amizades. Declaram que não estudam em casa e em média os que estudam dispendem de 30 a 60 minutos por dia, poucos são os que dedicam um tempo maior ao estudo. Alegam também que quando faltam à escola é por motivo de doença ou pelo mau tempo. A maioria afirma que sempre estudou em Escola Pública e que nunca reprovou, embora em menor número aparecem os que já reprovaram em alguma série. Nas dificuldades com a aprendizagem tentam resolvê-las com o pai e a mãe.

Em relação à Avaliação na escola comentaram que a maioria dos professores adota instrumentos e metodologias diversificados. Afirmaram que um bom professor é aquele que sabe os conteúdos, ensina impondo disciplina e consegue se relacionar bem com os alunos, não faltando às aulas e sendo coerente em suas atitudes.

Quanto à equipe pedagógica e à direção os alunos consideraram o trabalho muito bom e que, na maioria das vezes, fazem a mediação da escola-família, professor-aluno, assim como conseguem atender a comunidade escolar quando

solicitada. Avaliaram também que a direção consegue sempre organizar a escola física e pedagogicamente.

O trabalho da Secretaria foi considerado como bom e que os funcionários se relacionam bem com a comunidade escolar.

Quanto à Biblioteca a maioria considerou o trabalho como regular, dizendo que o relacionamento entre funcionários e alunos deve melhorar. Quanto à organização e espaço físico, acervo e quantidade de livros, revistas e jornais avaliaram como bons. Ao mesmo tempo, nos apresentaram várias sugestões, como: melhorar o atendimento às pessoas que frequentam o local, agilizar a disposição para empréstimos, menos restrições ao acesso dos livros, atendimento durante o intervalo, ampliar o espaço interno (mais mesas e cadeiras), liberar mais os livros.

Quanto ao Agente Educacional I considerou-se o seu trabalho como bom e que na maioria das vezes eles relacionam-se bem com a comunidade em geral.

Quanto às Instâncias Colegiadas (APMF, Conselho Escolar e Grêmio Estudantil), o trabalho foi considerado importante e bom.

Quanto aos espaços físicos (laboratório de informática, Ciências, Biologia, Física e Química, a maioria afirma que quase não usou, enquanto o de Matemática é usado às vezes. Estes espaços foram considerados como regular.

Quanto à realidade das famílias constatou-se que a maioria dos pais são casados, com um grau de escolaridade que varia entre o Ensino Fundamental – séries iniciais e o Ensino Médio, alguns com Ensino Superior, Especialização, Mestrado e Doutorado. Moram em casa própria, com boa infraestrutura e a renda média familiar é de 03 (três) a 06 (seis) salários mínimos e que na maioria delas ambos (pai e mãe) trabalham fora.

Consideraram a escola como um espaço de acesso ao conhecimento e sua forma de participação da vida escolar do filho na maioria das vezes se resume ao momento da entrega de boletins, ou quando convocados. Têm bom relacionamento com a direção, funcionários, professores e equipe pedagógica. Quanto à atuação da APMF, Conselho Escolar, acha bom seu trabalho e algumas pessoas se dispuseram para fazer parte destas Instâncias e se consideram satisfeitos pela qualidade de conhecimento oferecido pelo colégio. Pensam que a estrutura física está boa, porém faltam algumas adaptações aos portadores de necessidades especiais.

Deixaram-nos também algumas sugestões:

- Maior rigor no cumprimento da hora – aula;
- Reduzir a rotatividade de professores;
- Maior investimento na Formação Continuada de alguns professores
- Agilizar a substituição de professores que tiverem que se ausentar da escola.
- Que alguns professores se preparem melhor para suas aulas, dominando o conteúdo que devem ministrar.

Em relação ao questionário realizado com os Professores percebeu-se que seu tempo de serviço neste colégio varia de 1 a 26 anos e que atualmente o número de professores PSS (Processo Seletivo Simplificado) é maior do que QPM (Quadro Próprio do Magistério), o que se explica também que no momento em que o questionário foi encaminhado, havia muitos professores em licença Especial, a metade destes professores trabalha em outra escola além desta. Temos quase 100% dos professores com graduação e a maioria com Especialização em sua área. Embora em número pequeno, temos os acadêmicos ou os que atuam fora de sua área, ou os que estão cursando uma Especialização. Ao mesmo tempo contamos com 11% de professores que concluíram ou estão fazendo o PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) e alguns com Mestrado. Consideram a equipe pedagógica muito boa e que na maioria das vezes faz a mediação entre escola – professor–aluno e família. Que a direção organiza a escola física e pedagogicamente e que sempre que solicitada atende. Consideram o trabalho da secretaria bom, mantendo um bom relacionamento com os funcionários.

Na auto-avaliação, o professor considera que um bom profissional deve saber os conteúdos, para ensiná-los bem, não faltar às aulas, relacionar-se bem com os alunos, exigir, ser coerente em suas atitudes. Manter contato com a família, quando necessário. Quanto ao relacionamento com os colegas, este deve ser bom, respeitoso, coerente, além de cada um ser organizado e pontual.

5. MARCO CONCEITUAL

5.1 Concepção de Sociedade:

A sociedade é campo das manifestações e interações humanas. É nela que o ser humano age, comunica seus pensamentos, questiona, enfim, é nela que toda complexidade da humanidade é exposta.

Nesta sociedade a educação tem papel fundamental, devendo ser inclusiva, integradora, democrática, reflexiva, transformadora, coerente e planejada. É sabido que a sociedade capitalista se caracteriza pela divisão de classes, desta divisão decorre a divisão social do trabalho e do conhecimento. A escola não escapa a estes determinantes sociais, por isso ela pode servir para a reprodução ou para a transformação. Nesta perspectiva é imprescindível que a classe trabalhadora, a qual frequenta a escola pública assimile “[...] os instrumentos pelos quais ele possa se organizar para se libertar dessa exploração” (SAVIANI, 2002, p. 56).

Segundo Saviani, obviamente então que, “[...] dominar o que os dominantes dominam, é condição de libertação” (SAVIANI, 2003, p. 55).

Na sociedade moderna, quando surge a ideia de educação para formar cidadãos críticos, escolarização universal, gratuita e laica, surge a necessidade de formação não só de um projeto político-pedagógico, mas de um projeto de EDUCAÇÃO para a emancipação humana.

O que queremos é a emancipação da sociedade como princípio educativo e a formação de um sujeito da emancipação como objetivo, o que para Saviani (1997, p. 93) dar-se-á através de uma teoria pedagógica crítica, ou seja, aquela que “leva em conta os determinantes sociais da educação”.

A sociedade, portanto, só pode ser transformada pelo ser social que ao mesmo tempo é determinado e determinante da sociedade. Isto significa dizer que a conquista da hegemonia é a conquista de determinados elementos e conhecimentos como: consciência política, social e econômica, coerência e concepção de mundo elaborada, através da socialização da educação, da saúde, da dignidade da moradia, vestuário, etc. de forma igualitária e de qualidade para todos.

5.2 Concepção de Infância

A criança é vista como um sujeito de direitos, situado historicamente e que precisa ter as suas necessidades físicas, cognitivas, psicológicas, emocionais e sociais supridas, caracterizando um atendimento integral e integrado dela, tendo

todas as suas dimensões respeitadas. Segundo Zabalza ao citar Fraboni: “a etapa histórica que estamos vivendo, fortemente marcada pela “transformação” tecnológico-científica e pela mudança ético-social, cumpre todos os requisitos para tornar efetiva a conquista do salto na educação da criança, legitimando-a finalmente como figura social, como sujeito de direitos enquanto sujeito social” (1998:68). Precisa ser vista como um ser particular, com características bem diferentes das dos adultos, vista como cidadão de direitos, os quais deverão ser respeitados, bem como, suas características.

5.3 Concepção de Adolescência

Na adolescência, é importante considerar que as relações sociais começam na infância, analisar as percepções que a criança constrói a respeito do contexto social em que está inserido. Para Vygotsky, o ser humano como essencialmente histórico é, portanto, sujeito às especificidades do seu contexto cultural em suas relações interpessoais. Toda cognição, para o autor russo, é construída através dos processos intersíquicos e intrapsíquicos que funcionam com a internalização dos conceitos, as formas de conhecimento que indicam a ocorrência dessas interações sociais e culturais entre o indivíduo e o meio, chamadas, por Vygotsky de processos cognitivos superiores ou mediados. Além dos processos culturais, devido à ênfase nas situações de mediação psicológico-social, são consideradas as estruturas lingüísticas e cognitivas mediadas pelo grupo. Os signos, os símbolos e os discursos humanos formam uma importante classe de mediadores. Eles orientam internamente no sentido da mudança dos processos psicológicos individuais e possibilitam o significado das “coisas”, simplificando-as e generalizando-as antes de poderem ser traduzidas em novos símbolos.

5.4 Concepção de Homem

A concepção de homem defendida neste Projeto Pedagógico está embasada na teoria histórico-cultural que o considera como sujeito social e histórico, ou seja, o aspecto social se sobrepõe ao biológico. Dessa forma, o homem é considerado ser ativo que age na natureza transformando-a através do trabalho, segundo suas necessidades e, por sua vez, transforma-se. Nesse processo de transformação, envolve múltiplas relações em um determinado momento histórico, assim, acumula

experiências e em decorrência destas, ele produz conhecimentos. Sua ação na realidade é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pelo homem, conforme Saviani (1992): “o homem necessita produzir continuamente sua própria existência. Para tanto, em lugar de se adaptar a natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la pelo trabalho”.

Cabe esclarecer que a visão de trabalho defendida aqui, não como simples ação, mas como uma atividade especificamente humana e complexa, enquanto necessidade de produzir bens necessários a existência humana, ou seja, o trabalho consiste em uma atividade que os homens em cooperação produzem tudo aquilo que necessitam para consumir e viver.

Segundo Marx (1982, p.202), trabalho é

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla o seu intercâmbio com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma das forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das forças instintivas, animais, de trabalho.

Nessa perspectiva é possível inferir que, de todas as espécies, o homem é o único ser que não consegue sobreviver adaptando-se à natureza, mas transformando-a num processo ativo e dialético.

A possibilidade do ser humano em constituir-se sujeito e de apropriar-se das produções humanas anteriores, está relacionada às trocas sociais que se dão entre os homens, ou seja, a qualidade do processo educativo do qual faz parte.

O ser humano transforma-se de biológico em histórico, num processo em que a cultura é parte essencial da constituição da natureza humana. Por isso, conceitos como pensamento e linguagem, fala e pensamento, fala e escrita, biológico e cultural, indivíduo e sociedade, desenvolvimento e aprendizagem, conceitos cotidianos e científicos, não são dualismos, apesar da natureza diferenciada não se contrapõem, mas interagem.

5.5 Concepção de Educação:

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história. Ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. Nesse sentido uma concepção de educação sócio-histórica perpassa pela concepção de trabalho, uma vez que, num contexto de mudanças profundas no mundo do trabalho, a escola precisa compreender a dinâmica de que o homem é um ser que se constrói permanentemente na relação consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade de seu tempo e na sociedade do passado.

A partir desta perspectiva é possível pensar numa concepção de EDUCAÇÃO ampla, que seja espaço de transformação da vida social e, por conseguinte do trabalho, das relações de produção. Importa, pois dar uma dimensão mais ampla à educação, isto é, repensar o processo educativo no sentido de oferecer ao sujeito condições de compreender o meio onde está: social, econômico, político, culturalmente compreendendo-o e buscando transformá-lo.

Educação é entendida neste Projeto, então, como PROCESSO de formação e de aprendizagem, construído socialmente e destinado à formação da pessoa humana. Para Saviani (2003, p. 1) “Educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, significa afirmar que ela é ao mesmo tempo do e para o processo de trabalho, bem como ela é própria, um processo de trabalho”.

É preciso que nós, educadores, fiquemos atentos ao MOMENTO HISTÓRICO, promovendo a interação dos conteúdos às vivências e ao contexto social sem, com isso, cairmos no idealismo de propostas deslocadas do real, que não levam a nada.

Somente a práxis, que é a junção da teoria e a ação, é capaz de superar esses riscos. Para Frigotto (1996, p. 159), referindo-se à práxis como condição de superação dos riscos do pragmatismo e do idealismo, propõe que:

A ação humana, que tem a virtualidade de apreender densamente a realidade no plano do conhecimento e de promover mudanças no plano histórico-social é, pois, crítico-prático. Ou seja, a reflexão e a ação, teoria e prática tencionam-se e fecundam-se, ainda que seja na prática que as teorias são testadas e reconstruídas e historicamente validadas.

Em outras palavras, não queremos uma *EDUCAÇÃO apenas* para a empregabilidade, pois, a relação teoria e ação não significam, necessariamente, no plano da educação, garantia de emprego.

Queremos uma educação em sentido amplo, com uma escola que seja formadora, transformadora e democratizante. Uma educação que como afirma Saviani transmita o saber através dos conteúdos.

De acordo com Saviani (2003, p. 2), a essência do trabalho educativo consiste no, “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Tal concepção considera o trabalho educativo uma atividade mediadora entre o indivíduo e a cultura humana. Esse trabalho deve ser realizado de forma intencional a fim de garantir a universalização do conhecimento pela prática social dos educandos.

5.6 Concepção de Educação Integral

A educação escolar como instituição dos modernos Estados nacionais, sempre primou pela concretização de preceitos de uma formação integral, seja de cunho acadêmico (como a escola francesa), seja articulando formação acadêmica com elementos complementares (exemplo da escola norte-americana). De qualquer modo, esses modelos sempre se pautaram numa escola de tempo integral.

No Brasil, que em suas políticas, priorizou-se a expansão quantitativa do sistema de ensino, em detrimento de sua qualidade, o modelo de escola instituído foi uma absorção parcial de modelos estrangeiros, adequando-os ao funcionamento por turnos, o que “economizaria” espaços, profissionais, enfim, uma razoável monta de recursos financeiros. O tema sobre “Educação Integral” ficou fora do debate nacional por muito tempo no Brasil, nos termos de implementação e políticas públicas, isto, devido ao entendimento de que seria necessário ampliar a estrutura física e de pessoal das escolas públicas, o que, em todos os momentos, sempre se considerou como sendo inviável. Esse é um traço importante da história da educação do Brasil.

Em nosso país, apesar de terem sido consolidadas a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, a conquista pela democratização da gestão escolar e a luta pela educação inclusiva em favor das desigualdades sociais eliminando preconceitos, ainda se enfrenta problemas graves no que tange à educação em relação ao baixo rendimento escolar, analfabetismo, reprovação e evasão escolar,

contribuindo para defasagem idade/série, idade/educação, tanto no sentido mais amplo, quanto no âmbito restrito.

A partir dos anos 90, o tema “Educação Integral” emerge no cenário nacional através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996, cujo texto aponta:

O aumento progressivo da jornada escolar na direção do regime de tempo integral, valorizando as iniciativas educacionais extra-escolares e a vinculação entre o trabalho escolar e a vida em sociedade (BRASIL, LDB 9394/96).

Contudo, apesar do pressuposto legal, as iniciativas de Educação Integral ainda não se firmaram como políticas públicas consistentes, ficando relegadas às ações pontuais de alguns governos municipais e estaduais. Ainda assim, essas políticas não compreendem um mesmo modelo pedagógico, uma mesma perspectiva curricular. Há experiências que tratam a integralidade do tempo escolar como sendo uma necessidade social, “retirando os alunos carentes das ruas” durante todo o dia; existem também experiências que propiciam uma divisão do tempo integral, sendo que, em um turno trabalham-se conteúdos curriculares e, em outro turno, atividades de arte, recreação, artesanato, treinamento esportivo, etc. Por fim, há ainda iniciativas que acreditam que a integralização do tempo escolar pode se dar de modo parcial, priorizando alunos com dificuldades de aprendizagem que viriam à escola, em contra-turno, para recuperar tais dificuldades.

Mantendo a coerência com a visão de escola já apresentada neste Projeto Político-Pedagógico, o Colégio Estadual Mário de Andrade acredita que a Educação Integral deva se pautar por uma visão que supere as anteriormente referidas. Quando se pensa em Educação Integral, há que se ater a dois elementos: a integralização do tempo e da formação do sujeito. Ou seja, não basta deixar o aluno o dia todo na escola, mas é necessário que o mesmo aprenda. E aprenda conteúdos, dentro da mesma perspectiva curricular já exarada quando o aluno estudaria em um único turno. Em outros termos, ao se propor um modelo de Educação Integral, por mais que sejam possibilitadas atividades complementares não constantes de disciplinas curriculares, a base tradicional de conteúdos e saberes escolares deve ser mantida, ampliada, aprofundada. A função primordial da escola é uma – a transmissão de saberes historicamente acumulados – logo, uma Escola em tempo integral também

deve se pautar por esta perspectiva, revendo e ampliando os tempos e os saberes das disciplinas que, tradicionalmente, tem espaço no currículo formal.

5.7 Concepção de conhecimento:

Conhecimento são os saberes a serem socializados nas diferentes disciplinas escolares, oriundos das ciências. A disciplina escolar, assim, é vista como decorrente da ciência e da aplicabilidade do método científico como método de ensino. O que pressupõe que o “processo de ensino deve transmitir aos alunos a lógica do conhecimento de referência. [...] é do saber especializado e acumulado pela humanidade que devem ser extraídos os conceitos e os princípios a serem ensinados aos alunos” (LOPES, 2002, p. 151-152, apud DCE de Arte. 2008. Paraná).

A escola deve garantir ao estudante o acesso ao conhecimento e ao saber produzido e acumulado pela humanidade, aqui, se resume a fonte dos saberes escolares, considerando suas dimensões científica, filosófica e artística do conhecimento, enfatizando a importância de todas as disciplinas.

É importante destacar que as disciplinas escolares, apesar de serem diferentes na abordagem, estruturam-se nos mesmos princípios epistemológicos e cognitivos, tais como os mecanismos conceituais e simbólicos. Esses princípios são critérios de sentido que organizam a relação do conhecimento com as orientações para a vida como prática social, servindo inclusive para organizar o saber escolar.

Embora as disciplinas escolares sejam compreendidas como indispensáveis ao processo de socialização e sistematização dos conhecimentos, não se pode conceber esses conhecimentos restritos aos limites disciplinares, pois a valorização e o aprofundamento dos mesmos, organizados nas diferentes disciplinas escolares, são condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade.

As dimensões do conhecimento propõem que o:

Currículo ofereça, ao estudante, a formação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. Esta ambição remete às reflexões de Gramsci em sua defesa de uma educação na qual o espaço de conhecimento, na escola, deveria equivaler à ideia de atelier-biblioteca-oficina, em favor de uma formação, a um só tempo, humanista e tecnológica. [...] Sem dúvida, deve ele estar imaginando o homem renascentista como um Leonardo da Vinci no seu atelier-biblioteca-oficina: as estantes cheias dos textos clássicos, as mesas cheias de tintas e

modelos mecânicos; ou então escrevendo ensaios políticos e culturais como um Maquiavel que transitava da convivência íntima com os clássicos historiadores da literatura greco-romana, para a convivência, também íntima, com os populares da cidade de Florença. À luz desses modelos humanos, Gramsci sintetiza, no ideal da escola moderna para o proletariado, as características da liberdade e livre iniciativa individual com as habilidades necessárias à forma produtiva mais eficiente para a humanidade de hoje (NOSELLA, p. 20, *apud*, DCE do Paraná).

A produção científica, as manifestações artísticas e o legado filosófico da humanidade são como dimensões para as diversas disciplinas do currículo e possibilitam um trabalho pedagógico que aponte na direção da totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano. Com isso, entende-se a escola como o espaço do confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular.

A dimensão do conhecimento deve ser entendida para além das disciplinas, bem como as dimensões filosófica e científica não se referem exclusivamente a algumas disciplinas. Essas dimensões constituem parte fundamental dos conteúdos nas disciplinas de todo currículo da Educação Básica.

O conhecimento se explicita nos conteúdos das disciplinas do currículo, destaca-se a importância destes conteúdos e do professor, como autor de seu plano de ensino, pela sua participação ativa na constante construção curricular e na organização e fundamentação do trabalho pedagógico a partir dos conteúdos de sua disciplina, por serem frutos de uma construção, com sentido social como conhecimento, ou seja, existe uma porção de conhecimento que é produto da cultura e que deve ser disponibilizado como conteúdo, ao estudante, para que seja apropriado, dominado e usado. Esse é o conhecimento instituído.

Além desse saber instituído, pronto, entretanto, deve existir, no processo de ensino/aprendizagem, uma preocupação com o devir do conhecimento, ou seja, existem fenômenos e relações que a inteligência humana ainda não explorou na natureza. Portanto, de posse de alguns conhecimentos herdados culturalmente, o sujeito deve entender que isso não é todo o conhecimento possível que a inteligência tem e é capaz de ter do mundo, e que existe uma consciência, uma necessidade intrínseca e natural de continuar explorando o “não saber” (CHAUÍ, 1997), a natureza (VASQUEZ, 1997, *apud* Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná)

O conhecimento científico é, portanto, diluído numa disciplina escolar, é histórico, dinâmico e processual, nunca estanque ou cristalizado.

O professor não pode empobrecer a construção do conhecimento em nome de uma prática de contextualização, pois iria comprometer a capacidade crítica do aluno na compreensão da abrangência dos fatos e fenômenos.

5.8 Concepção de Escola:

A escola deve atender sua especificidade, que é educativa, ou seja, voltada para ensino-aprendizagem. Para Saviani (2003, p. 2) o papel da escola “consiste na socialização do saber sistematizado” produzido historicamente, possibilitando a mediação entre o saber sistematizado e o saber escolar, dessa forma é necessário proporcionar as condições de sua transmissão e assimilação, partindo de uma sequência que o aluno passe do conhecimento popular ao conhecimento erudito e do conhecimento espontâneo ao conhecimento sistematizado, científico. Sendo o professor o responsável por esta mediação de conhecimentos.

Buscamos uma educação de superação das desigualdades e contradições sociais, para formar cidadãos capazes de entender a sociedade e intervir para sua transformação.

Nesse sentido, a articulação da escola com o mundo do trabalho torna-se a possibilidade de realização da cidadania, pela incorporação de conhecimentos, de habilidades técnicas, de novas formas de solidariedade social, de vinculação entre trabalho pedagógico e lutas sociais pela democratização (LIBÂNEO, 2005, pg. 118).

Portanto, uma formação para cidadania crítica e integrada ao mercado de trabalho. Mas para atingirmos o ponto culminante de sua intencionalidade, Frigotto, (1995), defende um sistema educacional universal, laico, gratuito, unitário, visando à busca da igualdade de condições.

Segundo Frigotto (1999), a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores, atitudes e, mesmo por sua desigualdade, articula determinados interesses e desarticula outros. Portanto, pensar a função social da escola, implica repensar o seu próprio papel e, evidentemente, qual a nossa concepção de ESCOLA, a que queremos é, portanto, uma escola que pensa a sua função social, problematiza, articula, cria espaços e mecanismos de participação indistintamente.

A escola precisa discutir as ferramentas culturais, os recursos, as condições mais eficazes para o desenvolvimento pleno do educando, pois é isto que terá consequências na vida, no trabalho e na cidadania. A ação do professor deve ser centrada nos processos pedagógicos e na organização dos conteúdos para que o educando possa atuar sobre seus processos em desenvolvimento, concretizando sua aprendizagem, porque o principal objetivo da escola é o trabalho com os conhecimentos científicos sistematizados.

Neste contexto, entende-se que a escola deve estar comprometida com a melhoria da qualidade de ensino, com a socialização do saber elaborado, contribuindo na construção de sujeitos autônomos e autodisciplinados. Assim ela estará revendo-se e repensando-se para dar conta de sua função de ensinar e educar as crianças e adolescentes de forma mais consistente possível.

5.9 Concepção de Currículo:

Afinal, o que é currículo? Sacristán (2000) fala de impressões que, “tal como imagens, trazem à mente o conceito de currículo”. Em algumas dessas impressões, a ideia de que o currículo é construído para ter efeitos sobre as pessoas fica reduzida ao seu caráter estrutural prescritivo. Nelas, parece não haver destaque para a discussão sobre como se dá, historicamente, a seleção do conhecimento, sobre a maneira como esse conhecimento se organiza e se relaciona na estrutura curricular e, consequência disso, o modo como as pessoas poderão compreender o mundo e atuar nele.

[...] o currículo como conjunto de conhecimentos ou matérias a serem superadas pelo aluno dentro de um ciclo – nível educativo ou modalidade de ensino é a acepção mais clássica e desenvolvida; o currículo como programa de atividades planejadas, devidamente sequencializadas, ordenadas metodologicamente tal como se mostram num manual ou num guia do professor; o currículo, também foi entendido, às vezes, como resultados pretendidos de aprendizagem; o currículo como concretização do plano reprodutor para a escola de determinada sociedade, contendo conhecimentos, valores e atitudes; o currículo como experiência recriada nos alunos por meio da qual podem desenvolver-se; o currículo como tarefa e habilidade a serem dominadas como é o caso da formação profissional; o currículo como programa que proporciona conteúdos e valores para que os alunos melhorem a sociedade em relação à reconstrução social da mesma (SACRISTAN, 2000, p. 14).

No entanto, segundo as DCEs do Estado do Paraná “Os sujeitos da Educação Básica, crianças, jovens e adultos, em geral oriundos das classes assalariadas, urba-

nas ou rurais, de diversas regiões e com diferentes origens étnicas e culturais” (FRIGOTTO, 2004), devem ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade que, na escola é veiculado pelos conteúdos das disciplinas escolares.

Assumir um currículo disciplinar significa dar ênfase à escola como lugar de socialização do conhecimento, pois essa função da instituição escolar é especialmente importante para os estudantes das classes menos favorecidas, que têm nela uma oportunidade, algumas vezes a única, de acesso ao mundo letrado, do conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte. Os conteúdos disciplinares devem ser tratados, na escola, de modo contextualizado, estabelecendo-se, entre eles relações interdisciplinares e colocando sob suspeita tanto a rigidez com que tradicionalmente se apresentam quanto o estatuto de verdade atemporal dado a eles. Nesta perspectiva, propõe-se que tais conhecimentos contribuam para a crítica às contradições sociais, políticas e econômicas, presentes nas estruturas da sociedade contemporânea e propiciem compreender a produção científica e a reflexão filosófica, nos contextos em que elas se constituem.

5.10 Concepção de Alfabetização e Letramento

A alfabetização tem como objetivo de levar a criança à aprendizagem do sistema convencional da escrita. Já através do letramento busca-se vivenciar diferentes práticas de leitura e de escrita, relacionadas ao contexto social.

5.11 Concepção Pedagógica

Hoje o Currículo é visto como configurador da prática, resultado de uma ampla discussão entre todos os segmentos da escola, principalmente dos professores. É fundamentado nas teorias críticas da educação e nas metodologias que priorizem variadas formas de ensinar, de aprender e de avaliar, considerando que o conhecimento tem dimensões científicas, filosóficas, culturais e artísticas, atribuindo a mesma importância a todas as disciplinas, mesmo sabendo de suas diferentes abordagens, sabe-se que elas apresentam os mesmos princípios epistemológicos e cognitivos.

Esta concepção possibilita um trabalho pedagógico de totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano. Assim entende-se que a escola é um espaço de confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os

conhecimentos do dia a dia, que são as fontes sócio-históricas do conhecimento em sua complexidade.

Destacamos a importância dos conteúdos disciplinares e do professor como autor de seu plano de ensino, ele é o principal envolvido no ambiente escolar embasado nos princípios do Projeto Político Pedagógico.

Temos claro de que queremos formar sujeitos capazes de construir sentido para o mundo, com visão e atuação crítica sobre o contexto social e histórico de que são frutos e que é pela apropriação do conhecimento, que eles serão capazes de se inserir como cidadãos e transformar a sociedade.

5.12 Concepção de Avaliação:

A avaliação deve se fazer presente no processo educativo, tanto como meio de diagnóstico do processo ensino e aprendizagem, quanto como instrumento de investigação da prática pedagógica. Assim a avaliação assume uma dimensão formadora, uma vez que, o fim desse processo é a aprendizagem, ou a verificação dela, mas também permitir que haja uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica. Para cumprir essa função, a avaliação deve possibilitar o trabalho com o novo, numa dimensão criadora e criativa que envolva o ensino e a aprendizagem.

Desta forma, se estabelecerá o verdadeiro sentido da avaliação: acompanhar o desempenho no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

No cotidiano escolar, a avaliação é parte do trabalho dos professores. Tem por objetivo proporcionar-lhes subsídios para as decisões a serem tomadas a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno no acesso ao conhecimento. É importante ressaltar que a avaliação se concretiza de acordo com o que se estabelece nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico e, mais especificamente na Proposta Pedagógica Curricular e no Plano de Trabalho Docente, documentos necessariamente fundamentados nas Diretrizes Curriculares Estaduais. Esse projeto e sua realização explicitam, assim, a concepção de escola e de sociedade com que se trabalha e indicam que sujeito se quer formar para a sociedade que se quer construir: sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo

acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatarem o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas verificações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

5.13 Concepção de Conselho de Classe

O Conselho de Classe é parte importante da avaliação que acontece na escola. No pensamento de Freire (2003, pg. 65), “a prática de pensar a prática é a melhor maneira de pensar certo”.

É importante fazer uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica para de fato torná-la formadora, pois o fim deste processo é a aprendizagem. Assim o Conselho de Classe é o momento de estabelecer o verdadeiro sentido da avaliação, acompanhar o desempenho do aluno no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas (LIMA, 2002).

O Conselho de Classe é um momento de tomada de decisão a respeito do processo educativo que envolve professor e aluno na apropriação ao conhecimento.

É importante ressaltar que a avaliação se concretiza de acordo com o que se estabelece anteriormente na PPC, no PPP da escola e principalmente no Plano de Trabalho Docente. Esta concepção quer contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, nos direcionando para mudanças necessárias para a concretização de uma real aprendizagem.

Não tem sentido avaliar, ou fazer Conselho de Classe apenas para constatar o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e fazê-lo refém disso, como se fosse a última sentença. Portanto, este é um momento de investigar para intervir, possibilitando aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento, cabe, portanto ao professor acompanhar a aprendizagem dos seus alunos e o desenvolvimento dos processos cognitivos.

Quando nossa ação pedagógica visar à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, nossa ação irá contribuir para esta formação, pois na sala de aula é o professor que compreende a avaliação e a executa como um projeto intencional e planejado, contemplando o conhecimento do aluno como fonte de referência de uma aprendizagem continuada.

5.14 Gestão Participativa

No entender de Libâneo (2005) o que garante a gestão democrática é a participação, o envolvimento de todos os integrantes da escola nas tomadas de decisões.

O caráter democrático da gestão escolar está na forma de articular uma educação para a cidadania e permitir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, para planejar, organizar, discutir, pensar, sugerir, dirigir e avaliar sobre as decisões que permeiam a instituição escolar garantindo a apropriação do conhecimento e a permanência do aluno na escola.

A gestão democrática busca superar os conflitos competitivos presentes na escola como um todo. Prais, (1990, pg. 84), afirma que “elimina-se, o espírito corporativo e competitivo existente no interior do espaço escolar e inicia-se um processo permanente da participação na construção de uma educação comprometida com a transformação social”.

Compreendemos que uma gestão participativa é uma gestão democrática, o que, segundo Ferreira (2006, p. 306) é “gestão é administração, é tomada de decisão. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel”.

Cabe ao diretor ter uma ampla visão sobre os vários aspectos escolares como o pedagógico, o administrativo, o financeiro e o cultural. Conforme considerações, de Libâneo, (2005), temos alguns princípios norteadores:

- Autonomia da escola, ou seja, é quando a escola pode tomar decisões sobre a instituição, independente do poder público, mas sem redimir do poder público suas responsabilidades, que é manter os recursos financeiros para o perfeito funcionamento físico da instituição e proporcionar formação continuada para professores.

- Envolvimento da comunidade no processo escolar.

- Planejamento das atividades, através da elaboração do Plano de Ação seguindo orientações e concepções do Projeto Político Pedagógico, Proposta Pedagógica Curricular.

- Utilizar informações concretas e analisar cada problema com suas particularidades, verificar a qualidade da ação pedagógica das salas de aulas, o cumprimento dos programas, a qualificação e formação dos professores, características socioeconômicos e culturais dos alunos, os resultados do trabalho que a equipe propôs atingir, a saúde de cada membro da escola, a adequação entre método e seus procedimentos didáticos.

- Avaliação compartilhada através de uma constante avaliação dos membros de cada segmento da escola sobre todas as decisões realizadas.

- Relações humanas produtivas, criativas, baseadas no diálogo, no respeito, na igualdade e sem discriminação.

- Estimular a Formação Continuada para o desenvolvimento pessoal e profissional dos integrantes toda comunidade escolar.

- Equilibrar os investimentos financeiros atentando para que o estrutural não se sobressaia ao Pedagógico.

5.15 Concepção de Formação Continuada:

A escola, por ser o local onde todos aprendem, requer um constante aperfeiçoamento profissional de todos os segmentos: direção, docentes, agentes educacionais I e II proporcionando condições para reflexões e estudos, visando reconstruir práticas, articular relações entre ação pedagógica e a organização escolar, a partir da concepção do Projeto Político Pedagógico, da Proposta Pedagógica Curricular, do Plano de Ação da escola, em vista de constante aperfeiçoamento, novos conhecimentos, práticas e metodologias, principalmente intensificar uma reflexão sistematizada sobre a prática educativa.

Nesta perspectiva, temos em Libâneo (2005, p. 381), que:

O trabalho nas escolas envolve, ao mesmo tempo, processo de mudanças nas formas de gestão e mudanças nos modos individuais de pensar e agir. Em razão disso, a formação docente, tanto a inicial como a continuada precisa incluir, com o estudo das ações de desenvolvimento organizacional, o desenvolvimento de competências individuais e grupais, para que os pedagogos e os professores possam participar do modo ativo e eficaz da organização e da gestão do trabalho escolar.

O objetivo maior da Formação Continuada é o de recuperar a função da escola pública que é ensinar, dar acesso ao conhecimento para que todos os alunos tenham um projeto de futuro que vislumbre trabalho, cidadania e vida digna.

5.16 Equipe Multidisciplinar:

Considerando que a escola é espaço de transformação social por meio do acesso aos conhecimentos historicamente construídos e acumulados pela humanidade, compreendemos que as ações pedagógicas devem estar ancoradas nas conquistas sociais dos sujeitos envolvidos.

Nesse processo de construção insere-se o parecer 003/04 do CNE, desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que assegura o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Junta-se, também, ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.096, de 13 de junho de

1990), bem como no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001).

Todos estes marcos legais são o ponto culminante das reivindicações e lutas dos Movimentos Sociais ao longo do século XX e XXI, destacadamente ao movimento Negro, Indígena e LGBTs (Lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais) dentre outros movimentos da Diversidade Cultural e Sexual, referem-se à necessidade de Diretrizes que orientem as ações pedagógicas voltadas à valorização da História e Cultura destes sujeitos históricos que se encontram em desvantagens social e simbólica.

Conforme o professor Wagner Roberto do Amaral (2010), em seu texto introdutório sobre *A Política Pública de Educação e Diversidade da Rede Estadual de Educação do Paraná: Trajetórias e Perspectivas*, onde o sentido histórico e a centralidade do processo constituinte residem na

[...] institucional compreensão de que o conceito de diversidade cultural e as marcas históricas e estruturais das desigualdades sociais, raciais, econômicas e educacionais não podem ser tratados de forma dissociada e descontextualizada. A leitura articulada e contextualizada desses elementos passa a ser revelada na compreensão crítica dos índices de desenvolvimento educacional, fundamentalmente, no que se refere ao acesso, reprovação, evasão, conclusão, defasagem idade/série e tempo médio de escolarização de populações de baixa renda, negras, jovens e adultas, de mulheres, residentes no meio rural, dentre outras, demonstrando ainda as marcantes desigualdades no processo de universalização da educação básica.

A escola pública enquanto espaço democrático, precisa com os seus pares do reconhecimento e valorização da História e Cultura dos Afro-brasileiros, Africana, Povos Indígenas e toda a Diversidade que constitui a nação brasileira, objetivando o direito à educação de qualidade com uma formação responsável para a cidadania pela construção de uma sociedade justa, democrática independentemente de pertencimento racial, gênero e orientação sexual, respeitando o Art. 205 da Constituição Federal.

Assim, a Equipe Multidisciplinar constituir-se-á como Instância de Formação Continuada e orientação das ações pedagógicas destinadas à mudança dos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e formas de tratamento dado aos sujeitos historicamente desfavorecidos social e simbolicamente por conta de práticas discriminatórias.

5.17 Instâncias Colegiadas:

O caminho trilhado pela educação em busca da democratização escolar se fez presente na Legislação Educacional, Lei 5692/71, Art.41, que aponta a responsabilidade da participação da família e comunidade no que se refere a recursos, esforços e incentivo para a educação escolar, assim também a Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, de 1988, Art.206, inciso VI, veio favorecer a organização democrática do Ensino Público.

Neste contexto motivou o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, que no seu Artigo 3º, inciso VIII e Artigo 14, apontando possibilidades de uma gestão democrática do ensino público. Pode-se assim dizer que são oferecidos suportes legais para a democratização da escola pública, porém, na prática, ainda há pouca efetividade, permanecendo a tradição de uma gestão centralizada. Uma das maneiras de superar essa tradição pode ser a criação e implementação dos colegiados nas escolas.

Conforme o histórico do Conselho Escolar do Paraná, presente no caderno do Estatuto do Conselho Escolar, está a Resolução 4839/94, da Secretaria de Estado da Educação, que torna legal as normas contidas na Deliberação 020/91-CEE, a qual aprovou os regimentos escolares da Rede Pública Estadual e trouxe impresso a regulamentação para o funcionamento dos Conselhos Escolares no Paraná.

Paro (1986) cita que quando se conseguir a participação de toda a comunidade escolar incluindo educadores, alunos, funcionários e pais, nas decisões a respeito de seus objetivos e de seu funcionamento, ter-se-ão melhores condições para pressionar os escalões superiores, no sentido de dotar a escola de autonomia e de recursos.

Os colegiados precisam ser instrumentos permanentes de participação, debates, buscas de alternativas e não como mero socorro da direção escolar. Só poderá haver uma efetiva participação onde forem criados espaços para exercitar estes valores

Faz-se necessária a participação de toda a comunidade interna e representantes externos, Conselho Escolar, APMF e Grêmios Estudantil, discutindo abertamente os problemas escolares, buscando alternativas e superando a ideologia de que as leis são suficientes para garantir a democracia e a qualidade da educação.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)

Formada por pais de alunos, docentes, direção, pedagogos e agentes **educacionais** I e II e de alunos maiores de 18 anos. Funciona por meio de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Regida por um Estatuto próprio.

Grêmio Estudantil Mário de Andrade – GEMA

É um órgão organizado por alunos do ensino fundamental, médio e profissional, fundado em 25 de agosto de 1990, com sede no estabelecimento de ensino. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais, a partir do Estatuto próprio aprovado em Assembléia Geral.

5.18 Concepção de Inclusão e suas formas:

A todos os alunos, portadores de características diferenciadas ou necessidades especiais: físicas, intelectuais e motoras e/ou condições sócio-culturais diversas, deve ser garantido o acesso e a permanência na escola.

A inclusão não atende apenas as crianças com alguma deficiência, mas também as excluídas ou discriminadas. Portanto, mesmo com recursos escassos o importante é dar meios para os estudantes façam parte do mundo, que haja preparo para os Professores e Equipe Pedagógica atendam aos alunos com necessidades especiais.

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a Educação Especial na Educação Básica, e no Estado do Paraná em 2004 com a criação das Salas de Recursos na Rede Regular de Ensino. Numa sociedade plural e democrática, a inclusão escolar representa um amadurecimento da política educacional. Deve atingir todos os alunos que apresentem características diferenciadas não apenas de deficiência e aprendizagem, mas também de condições sócio-culturais diversas. Garantindo, assim, o acesso e a permanência de todos à escola.

A Educação, como um direito de todos os cidadãos estabelecido pela Constituição Federal do Brasil (1988), foi reafirmada pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, que destina o Capítulo V à Educação Especial. O art.58 da LDBEN define que a educação dos alunos com necessidades especiais deve ser realizada, preferencialmente, na rede regular de ensino. Assim, a Educação Especial que era vista por muitos como modalidade usual de atendimento às pessoas com necessidades especiais e, principalmente das pessoas com deficiências, deve

atuar como complemento da Educação Básica ou Superior, um instrumento a estar disponível quando necessário.

5.19 Sala Apoio:

Tem como especificidade atender alunos de 6º e 9º ano, os quais apresentam dificuldades de aprendizagem ou defasagem de conteúdos do Ensino Fundamental, objetivando motivar, diminuir os índices de abandono e reprovação e principalmente auxiliar a aprendizagem do aluno.

São elaborados materiais didáticos pedagógicos, considerando as necessidades e dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Os alunos são atendidos no turno contrário, com no máximo de vinte (20) alunos por disciplina.

O profissional da sala apoio deverá ser um conhecedor dos fundamentos psicopedagógicos desta faixa etária, bem como domínio dos conteúdos básicos das séries iniciais e dos relativos ao segundo segmento do ensino fundamental e principalmente, saber aplicá-los com eficácia.

5.20 Sala de Recursos Multifuncional Tipo 1

O Colégio Estadual Mário de Andrade oferta a Sala de Recursos para o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano, que é um serviço especializado de natureza pedagógica que apóia e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns. Os alunos podem ser egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos que necessitam de apoio complementar. O aluno deverá passar por uma avaliação pedagógica no contexto escolar, psicológica e neurológica, quando necessário, para o ingresso. O trabalho pedagógico especializado, na Sala de Recursos, deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos, cognitivo, motor, sócio afetivo emocional, necessários para apropriação e produção de conhecimentos.

O horário de atendimento na Sala de Recursos é ofertado em período contrário ao que o aluno está matriculado e frequentando a classe comum, deverá ser trabalha-

do de forma individualizada ou em grupos, e o tempo de trabalho coletivo não deverá exceder o tempo do trabalho individual.

Os atendimentos realizados em grupos deverão ser organizados por faixa etária e/ou conforme as necessidades pedagógicas.

Na Sala de Recursos, o aluno recebe atendimentos de acordo com suas necessidades devendo ser de 2(duas) a 4(quatro) vezes por semana, não ultrapassando 2(duas) horas diárias conforme prevê a Instrução Nº 05/04 – CEE, Instrução Nº 013/08 SUED/SEED, a Deliberação 02/03 – CEE, a Resolução 02/01 – CNE, Parecer nº 17/01- CNE das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

5.21 Sala de Recursos para indicadores de Altas Habilidades

A sala de recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que suplementa e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns da Educação Básica. Os alunos devem ter, impreterivelmente, avaliação pedagógica realizada pelos professores da classe comum, professor especializado, pedagogo da escola, com assessoramento de uma equipe multiprofissional externa (Universidades, escolas de educação Especial, Secretarias Municipais da Saúde através do estabelecimento de parcerias) e equipe do Núcleo Regional de Educação, devidamente orientada pela SEED/DEEIN.

O trabalho pedagógico especializado na Sala de Recursos deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, que têm por objetivo enriquecer a aprendizagem, oportunizando intervenção nas áreas das habilidades e interesses dos alunos, com parcerias estabelecidas pela escola e outras instituições/ organizações afins, sendo ofertada em período contrário.

O atendimento é ofertado conforme prevê a Instrução Nº 016/08 – SEED/SUED, a Deliberação 02/03 – CEE-PR, a Resolução 02/01 – CNE, Parecer nº 17/01- CNE das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação N9394/96.

6. MARCO OPERACIONAL

6.1 Alfabetização e Letramento

De acordo com Magda Soares (2010) para que a criança se insira de forma plena no mundo da escrita, é fundamental que a alfabetização e letramento sejam processos simultâneos e indissociáveis. Sendo assim, no processo de aprendizagem inicial da leitura e da escrita, a criança deve entrar neste mundo, fazendo uso dos dois “passaportes”: precisa apropriar-se da tecnologia da escrita, pelo processo de *alfabetização*, e precisa identificar os diferentes usos e funções da escrita e vivenciar diferentes práticas de leitura e de escrita, pelo processo de *letramento*. Se lhe é oferecido apenas um dos passaportes, ou seja, apenas alfabetização, sem conviver com práticas reais de leitura e de escrita, formará um conceito distorcido, parcial do mundo da escrita; se usa apenas o letramento, sobretudo sem se apropriar plena e adequadamente da tecnologia da escrita, saberá apenas para que serve a língua escrita, mas não saberá servir-se dela.

Para tanto, a escola organizar-se-á:

- Horário com aulas geminadas;
- Horário de recreio, diferenciado;
- Lista de materiais;
- Uso da agenda;
- Número máximo de vinte e cinco alunos por turma;
- Professor específico para aulas de literatura;
- Organização de espaços para cantigas de roda, amarelinha, jogos, etc.
- Encontros permanentes para discussão e aprofundamento sobre o Ensino de Nove Anos (Alfabetização, letramento, desenvolvimento infantil, ludicidade).
- Encontros entre a rede municipal e estadual, com vistas a articular o processo de ensino e aprendizagem.

6.2 Avaliação

Para concretizar a formação de sujeitos, a avaliação escolar deve constituir um projeto de futuro social, pela intervenção da experiência do passado e compreensão do presente, num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da aprendizagem do aluno, da qualificação do professor e da escola. Nas salas de aula, o professor é quem compreende a avaliação e a executa como um projeto

intencional e planejado, em consonância com o Regimento Escolar, PPP, PPC e PTD, que deve contemplar a expressão de conhecimento do aluno como referência uma aprendizagem continuada. No cotidiano das aulas, isso significa que:

- é importante a compreensão de que uma atividade de avaliação situa-se entre a intenção e o resultado e que não se diferencia da atividade de ensino, porque ambas têm o intuito de ensinar;
- no Plano de Trabalho Docente, ao definir os conteúdos específicos trabalhados naquele período de tempo, já se definem os critérios, estratégias e instrumentos de avaliação, para que professor e alunos conheçam os avanços e as dificuldades, tendo em vista a reorganização do trabalho docente;
- os critérios de avaliação devem ser definidos pela intenção que orienta o ensino e explicitar os propósitos e a dimensão do que se avalia. Assim, os critérios são um elemento de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica;
- os enunciados de atividades avaliativas devem ser claros e objetivos. Uma resposta insatisfatória, em muitos casos, não revela, em princípio, que o estudante não aprendeu o conteúdo, mas simplesmente que ele não entendeu o que lhe foi perguntado. Nesta circunstância, o difícil não é desempenhar a tarefa solicitada, mas sim compreender o que se pede;
- os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos. Por exemplo, para avaliar a capacidade e a qualidade argumentativa, a realização de um debate ou a produção de um texto serão mais adequados do que uma prova objetiva;
- a utilização repetida e exclusiva de um mesmo tipo de instrumento de avaliação reduz a possibilidade de observar os diversos processos cognitivos dos alunos, tais como: memorização, observação, percepção, descrição, argumentação, análise crítica, interpretação, criatividade, formulação de hipóteses, entre outros;
- uma atividade avaliativa representa, tão somente, um determinado momento e não todo processo de ensino-aprendizagem;
- A **Recuperação de Estudos** deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então, é preciso utilizar todas as **metodologias** e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo (DCE Estado do Paraná, 2009, p.34).

Assim, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, entendida como questão metodológica, de responsabilidade do professor, é determinada pela perspectiva de investigar para intervir. A seleção de conteúdos, os encaminhamentos metodológicos e a clareza dos critérios de avaliação elucidam a intencionalidade do ensino, enquanto a diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação possibilita aos estudantes variadas oportunidades e maneiras de expressar seu conhecimento.

Por fim, destaca-se que a concepção de avaliação que permeia o currículo não pode ser uma escolha solitária do professor. A discussão sobre a avaliação deve envolver o coletivo da escola, para que todos (direção, equipe pedagógica, professores,

pais, alunos) assumam seus papéis e se concretize um trabalho pedagógico relevante para a formação dos alunos.

O diagnóstico constante da aprendizagem em sala de aula pelo professor possibilita o conhecimento das facilidades ou dificuldades do aluno podendo-se fazer um diagnóstico mais preciso, com a ajuda da família e intervenção do professor e equipe pedagógica. O que ajudará na escolha de novas metodologias, instrumentos de avaliações mais adequadas, diversificados e com adaptação curricular se necessário.

Por isso tomamos em comum as seguintes decisões:

A avaliação da aprendizagem terá os Registros de notas expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero).

Em cada Trimestre serão feitas, no mínimo duas Avaliações com peso 0,0(zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), cada, desde que sejam utilizados mais do que um instrumento para avaliar os níveis de aprendizagem.

Dentre os instrumentos utilizados, obrigatoriamente, deverá constar pelo menos, uma prova escrita individual e sem consulta;

A nota Trimestral será obtida através de média aritmética das avaliações realizadas.

Nos Cursos de Formação de Docentes e Técnico em Administração Subsequentes ao Ensino Médio, ambos com Organização Semestral, a Avaliação será realizada em 2(dois) Bimestres, sendo no mínimo duas Avaliações com peso de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) cada, desde que sejam utilizados mais do que um instrumento para avaliar os níveis de aprendizagem.

Entende-se por Recuperação Paralela e concomitante, a Recuperação de Estudos, por meio do acompanhamento individual, exercícios e atividades significativas, possibilitando a (ao) aluno (a), apropriar-se dos conteúdos ministrados, através de metodologias e instrumentos diversificados.

I – A Avaliação de Recuperação será ofertada, indicando a área de estudo e os conteúdos da disciplina que não foram apropriados;

II – No processo de Recuperação a nota deverá ser substitutiva, uma vez que a Legislação (Parecer nº 12/97 e Parecer nº 05/97 – CNE/CEB) ampara quanto ao caráter cumulativo, ou seja, a melhor nota expressa o melhor momento do aluno em relação à aprendizagem dos conteúdos ministrados;

III – A Recuperação de Estudos é direito dos (as) alunos (as) independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos.

A proposta de recuperação deverá ser registrada no Campo “Conteúdo” e “Avaliação” do Livro de Registro de Classe, obrigatoriamente, constituindo-se em mais um componente de Aproveitamento Escolar, incorporando às avaliações efetuadas durante o período letivo.

A Média Anual (MA) para aprovação será obtida pela seguinte fórmula:

$$\text{M.A.} = \frac{\text{1º Trimestre} + \text{2º Trimestre} + \text{3º Trimestre}}{3} = 6,0$$

Para os Cursos Formação de Docentes e Técnico em Administração – Subsequente ao Ensino Médio, ambos com Organização Semestral, a Média Final (MF) para aprovação será obtida pela seguinte fórmula:

$$\text{M.F.} = \frac{\text{1º Bimestre} + \text{2º Bimestre}}{2} = 6,0$$

6.3 Conselho de Classe:

O Conselho de Classe acontece em vários momentos: **Antecedente:** o professor pedagogo e/ou o professor regente da turma faz um levantamento, um diagnóstico sobre a aprendizagem da turma, suas dificuldades, pontos relevantes e sugestões para as diversas disciplinas.

No dia do conselho: O diagnóstico feito anteriormente será apresentado aos professores, comentando as devidas observações, discutindo as dificuldades apresentadas pela turma ou alunos em especial, quem aprendeu e quem não conseguiu aprender, revendo metodologias num esforço coletivo a serviço da ação pedagógica, em movimentos na direção da melhor aprendizagem do aluno.

É importante fazer uma reflexão sobre a ação da prática pedagógica para de fato torná-la formadora, pois o fim deste processo é a aprendizagem. Assim o Conselho de Classe é o momento de estabelecer o verdadeiro sentido da avaliação: “acompanhar o desempenho do aluno no presente, orientar as possibilidades de desempenho futuro e mudar as práticas insuficientes, apontando novos caminhos para superar problemas e fazer emergir novas práticas educativas” (LIMA, 2002, apud, DCE, p. 33).

Pós Conselho: se necessário, o aluno deverá ser encaminhado para outras instâncias (Sala de Recursos, Sala Apoio, entre outras).

Após o Conselho, o professor regente conversa com sua turma, dando o retorno do que foi falado ou sugerido no Conselho, assim como os elogios, “queixas” dos professores sobre a turma e ajudá-los a entender que eles também são responsáveis na apropriação do próprio conhecimento e por isso devem assumir sua parte.

Quando necessário, o professor regente ou o pedagogo conversará individualmente com os alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem e, se necessário, convocará a família para tomar as devidas providências.

A partir do 2º Conselho observa-se também a nota alcançada pelo aluno, verificando se as novas metodologias adotadas deram resultados.

6.4 Formação Continuada:

A formação continuada refere-se às ações de formação que acontecerão durante a jornada de trabalho, como: reuniões de trabalho para discutir a prática e troca de experiências com colegas, principalmente durante a Hora Atividade, pesquisas, minicursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe; ações de formação fora da jornada de trabalho, cursos, encontros semanas pedagógicas promovidos pela Secretaria Estadual de Educação.

A formação continuada é a garantia do desenvolvimento pessoal e profissional permanente. Ela acontece por meio do estudo, reflexão, discussão e da confrontação das próprias experiências. Além da responsabilidade da instituição, os trabalhadores em educação também são responsáveis para com a própria formação, no sentido de buscar informação, fundamentação para que sua ação seja cada vez mais eficaz, reconstruindo suas práticas e teorias, resultando em mudanças pessoais e profissionais.

A SEED nos oferece alguns momentos de Formação Continuada:

- Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE);
- Semana Pedagógica na escola;
- Jornada Pedagógica;

- Grupos de estudos aos sábados;
- Participação de Seminários, Congressos e Conferências;
- Curso do Profucionário.

Além destes momentos, a Equipe Pedagógica tem um Planejamento de formação, com assuntos específicos a serem discutidos e aprofundados com os Professores e Agentes Educacionais nos encontros Pedagógicos reservados no Calendário Escolar, para isto contamos também com a parceria de um grupo de professores da Unioeste.

6.5 Equipe Multidisciplinar:

A Equipe Multidisciplinar constituir-se-á como Instância de Formação Continuada, direcionada para trabalhar questões da cultura afro-descendente e indígena, tendo orientação das ações pedagógicas destinadas à mudança dos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas e formas de tratamento dado aos sujeitos historicamente desfavorecidos social e simbolicamente por conta de práticas discriminatórias. Organizará um Plano de Ação Anual que atenda, contribua e subsidie as ações planejadas em conjunto com professores, equipe pedagógica, gestores, agentes educacionais e alunos.

Sua organização ocorre através de Encontros e Seminários que deverão ser realizados na Semana da Consciência Negra como culminância das atividades planejadas e desenvolvidas nos Encontros das Equipes Multidisciplinares e ao longo do calendário letivo, contemplando data(s) significativa(s) da comunidade local.

6.6 Inclusão:

Quando é constatada a dificuldade acentuada de um aluno, este tem o direito em receber um atendimento diferenciado em sala de aula, através de uma adaptação Curricular.

Adaptação Curricular compreendem modificações de competências específicas do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação de qualquer outra instância superior, nas áreas política, administrativa, e/ou técnica.

As adaptações curriculares podem ser implementadas em várias áreas e momentos da atuação do professor:

Na Promoção do acesso ao currículo;

Nos objetivos de ensino;
No conteúdo ensinado;
No método de ensino;
No processo de avaliação;
Na temporalidade;

Quanto à Evasão Escolar no Ensino Fundamental, buscamos auxílio no Programa de Mobilização para Inclusão Escolar e Valorização da Vida, projeto junto com a SEED. Este programa visa resgatar no sistema educacional, crianças e adolescentes que tenham sido excluídos (independente dos motivos), através de um documento denominado FICA (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente).

Portanto, a escola adota algumas medidas para garantir a permanência do aluno no sistema educacional conforme o Regimento Escolar.

6.7 Sala Apoio

Ofertada aos alunos de 6º e 9º ano que apresentam dificuldades de aprendizagem nas disciplinas de Português e Matemática. É um recurso de natureza pedagógica que apóia, complementa e ajuda resolver dificuldades encontradas no conteúdo trabalhado na classe comum. Funciona duas vezes por semana, com uma carga horária de quatro (4h) horas semanais em cada disciplina.

6.8 Sala de Recursos

Partindo do princípio de que a escola é formadora de opiniões, ela é o lugar onde se ensina se aprende e se avalia. Neste sentido oferecemos algumas opções para trabalhar com os alunos que possuem dificuldades de aprendizagem, visando também a uma significativa diminuição dos índices de evasão e repetência, através da Sala de Recursos. Os alunos podem ser egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos que necessitam de apoio complementar. O aluno passa por uma avaliação pedagógica no contexto escolar, psicológica e neurológica, quando necessário, para o ingresso nesta sala.

O trabalho pedagógico especializado, na Sala de Recursos, deve constituir um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos cogniti-

vo, motor, sócio afetivo emocional, necessários para apropriação e produção de conhecimentos.

6.9 Sala de Recursos para indicadores de Altas Habilidades

Os alunos da Sala de Recursos com indicadores de Altas Habilidade/Superdotação devem estar regularmente matriculados e frequentando o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª ou Ensino Médio e apresentar características de Altas Habilidades/Superdotação. A Sala de Recursos é um serviço especializado de natureza pedagógica que suplementa e complementa o atendimento realizado em Classes Comuns da Educação Básica.

6.10 Hora Atividade

Na organização do horário semanal da escola, segue-se a orientação do Núcleo Regional de Educação na distribuição das disciplinas e dias de hora atividade.

Este momento é dedicado ao planejamento do conteúdo semanal, preparação de materiais e recursos didáticos, correção de avaliações, troca de experiências com colegas da mesma área ou série, estudo e discussão de diversos temas. E para as quintas séries procura-se organizar o horário de forma que os professores planejem juntos independentemente de disciplina suas atividades.

6.11 Plano de Trabalho Docente

O Plano de trabalho docente decorre do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Curricular e sua base legal se encontra no Regimento Escolar, articula a concepção de homem, sociedade e educação e expressa o compromisso com a mediação do conhecimento científico.

Esse plano registra o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, o que fazer e com quem fazer; e ainda, é a apresentação sistematizada e justificada das decisões assumidas em conjunto pelos professores, equipe pedagógica e direção.

O plano é integrado a todos os documentos da escola, sendo elaborado pelo professor, por trimestre ou por blocos de conteúdos.

6.12 Instâncias Colegiadas

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é composta por pais de alunos, docentes, agentes educacionais e alunos maiores de dezoito anos. Funciona por meio

de uma diretoria executiva e de um conselho deliberativo. Dessa forma a APMF será regida por estatuto próprio.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, que tem como principal atribuição o acompanhamento da Proposta Pedagógica Curricular.

O Grêmio Estudantil Mario de Andrade – GEMA é um órgão organizado por alunos de todas as modalidades. Tem finalidades educacionais, culturais, cívicas e sociais, a partir do Estatuto próprio aprovado em Assembléia Geral convocada para esse fim.

6.13 Critérios para a organização curricular.

As modalidades: Ensino Fundamental, Curso Técnico em Administração, Formação de Docentes, se organizam em Trimestres e o Subsequente e o Aproveitamento de Estudos em Semestres, seguindo a Matriz Curricular estabelecida da Secretaria de Estado da Educação.

Em todas as modalidades o aluno deve alcançar a média mínima de 6,0 (seis) em cada bimestre ou trimestre para prosseguir à série seguinte. No Ensino Médio o aluno pode ser aprovado no Regime de Progressão Parcial em até duas disciplinas, que cursará no ano seguinte, finalizando naquele ano a série iniciada.

6.14 Programas desenvolvidos pela Escola:

O colégio desenvolve alguns programas no período contrário, visando maior desenvolvimento na aprendizagem dos alunos, tais como:

1. Grupo de dança (30 alunos);
2. Jogos interséries e interturnos;
3. Projetos específicos para os cursos profissionalizantes: Ciclo de Palestras para o Curso Técnico em Administração e a Semana da Educação para o Curso de Formação de Docentes.
4. Feira das universidades;
5. Projeto ECOCEMA.

6.15 Calendário Escolar:

O Calendário Escolar é elaborado anualmente atendendo ao disposto da Legislação e opções da Secretaria Estadual de Educação, cabendo às instituições a construção coletiva das atividades desenvolvidas durante o ano letivo.

Atividades anuais específicas do Colégio:

Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães, Semana do Meio Ambiente, Dia dos Namorados, Dia dos Pais, Semana da Pátria, Homenagem ao Professor; Apresentação Grupo de Dança, Show de Talentos, datas celebradas com homenagens através de murais, mensagens escritas, apresentações musicais e teatrais nos intervalos das aulas.

6.16 O que a Escola dispõe para realizar seus projetos:

- Fundo Rotativo;
- Venda de pizzas e festas realizadas pela APMF;
- Contribuições espontâneas da comunidade;
- Doações;
- PDDE (fundo federal);
- Parcerias com empresas locais.

6.17 Avaliação do Projeto Político Pedagógico:

A avaliação é fundamental em qualquer atividade desenvolvida pela escola, indispensável no sistema de organização e de gestão democrática. Auxilia nas ações decididas coletivamente, verificando se realmente os trabalhos estão sendo desenvolvidos. A partir da identificação das dificuldades, possibilita uma análise entre o planejamento e o funcionamento do trabalho, tendo como objetivo melhorar o desempenho do trabalho escolar. Dessa forma é preciso a coleta de informações das atividades realizadas na escola, através da observação da direção e equipe pedagógica. Este acompanhamento evidencia erros, dificuldades, êxitos e fracassos referentes ao que foi pensado e planejado. A partir desses resultados faz-se uma análise coletiva para a tomada de decisões sobre os aspectos negativos evidenciados.

Considerando a flexibilização deste projeto, as rápidas mudanças políticas, econômicas, e tecnológicas da sociedade, vê-se a permanente necessidade de

avaliação e mudanças no fazer pedagógico, para que de fato a escola cumpra sua função a de “transmissão-assimilação do saber sistematizado” Saviani (2003.p. 4).

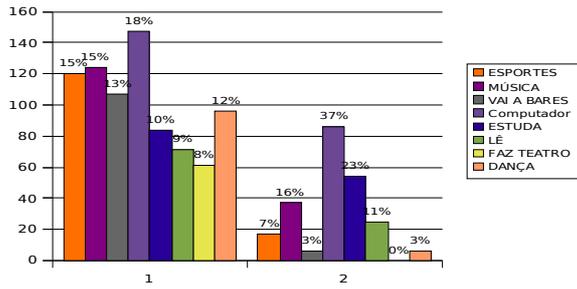
ANEXOS DE PESQUISA DE CAMPO REALIZADA COM A COMUNIDADE ESCOLAR

ALUNOS

1. O QUÊ FAZ NO TEMPO LIVRE?

Esportes	120	17
Música	124	37
Vai a bares	107	6
Computador	147	86
Estuda	84	54
Lê	71	25
Faz teatro	61	0
Dança	96	6

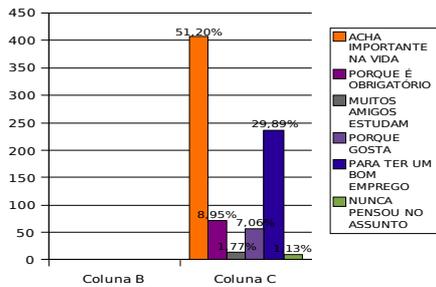
O QUE FAZ NO TEMPO LIVRE?



2. VOCE ESTUDA POR QUÊ?

- Acha importante na vida
- Porque é obrigatório
- Muitos amigos estudam
- Porque gosta
- Para ter um bom emprego
- Nunca pensou no assunto

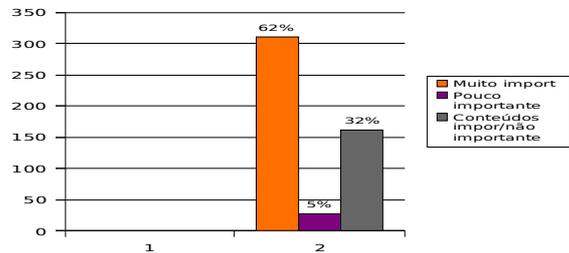
PORQUE ESTUDAS?



3. CONSIDERA CONTEÚDOS ESCOLARES IMPORTANTES A VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL?

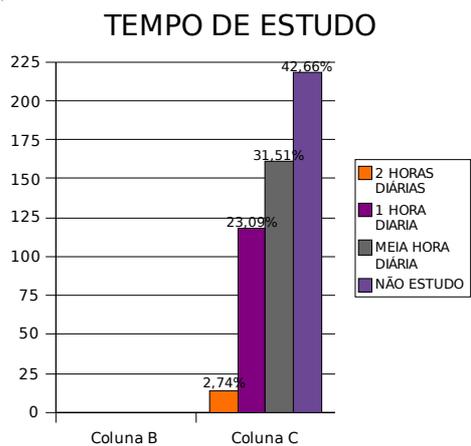
- Muito importante
- Pouco importante
- Conteúdos impor/não importante

QUAL A IMPORTANCIA DO ESTUDO?



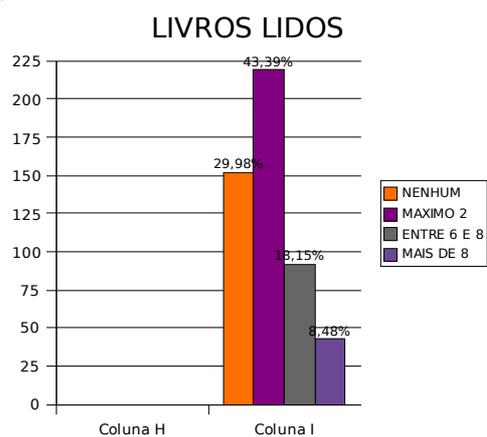
4. QUANTO TEMPO ESTUDA EM CASA

2 horas diárias	14
1 hora diária	118
Meia hora diária	161
Não estudo	218



5. QUANTOS LIVROS LEU ESTE ANO

Nenhum	152
Máximo 2	220
Entre 6 e 8	92
Mais de 8	43



6. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO MAIS USADOS PELOS PROFESSORES

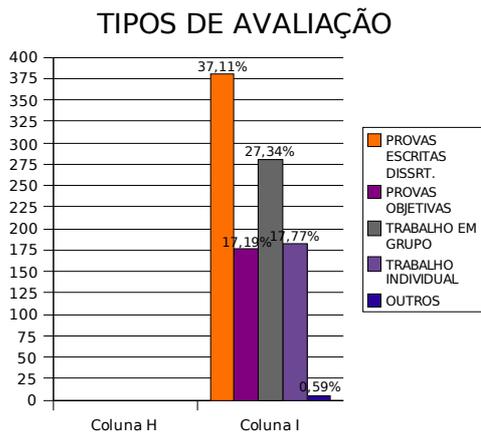
Provas escritas dissertativas

Provas objetivas

Trabalho em grupo

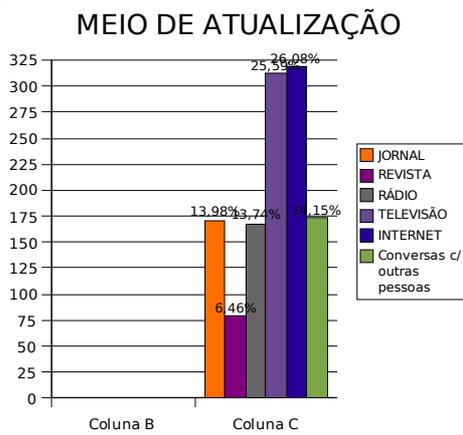
Trabalho individual

Outros



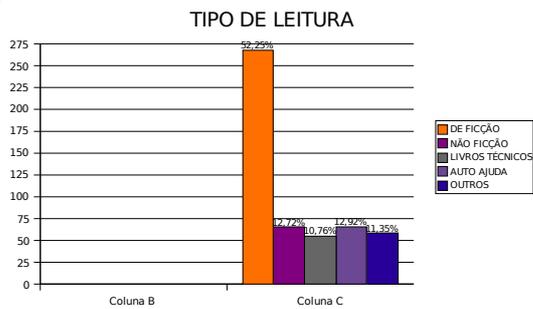
7. MEIOS DE ATUALIZAÇÃO SOBRE ACONTECIMENTOS CONTEMPORÂNEO

- Jornal
- Revista
- Rádio
- Televisão
- Internet
- Conversas c/ outras pessoas



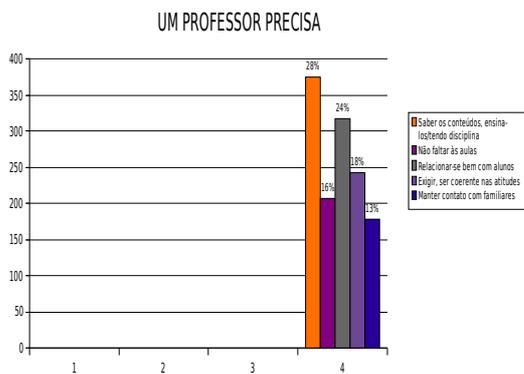
8. TIPOS DE LIVROS QUE MAIS LÊ

De ficção	267
Não Ficção	65
Livros Técnicos	55
Auto ajuda	66
Outros	58



9. PARA VOCE UM PROFESSOR PRECISA DE:

Saber os conteúdos, ensina-los /tendo disciplina	376
Não faltar às aulas	207
Relacionar-se bem com alunos	318
Exigir, ser coerente nas atitudes	243
Manter contato com familiares	178



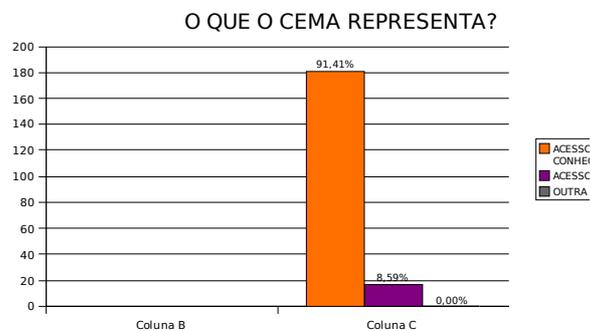
FAMÍLIA

1. EM RELAÇÃO AO CEMA O QUE ELE REPRESENTA PRA VOCE?

Acesso ao conhecimento

Acesso ao trabalho

Outra



2. DE QUE FORMA OS PAIS PARTICIPAM DA VIDA ESCOLAR DO FILHO/A?

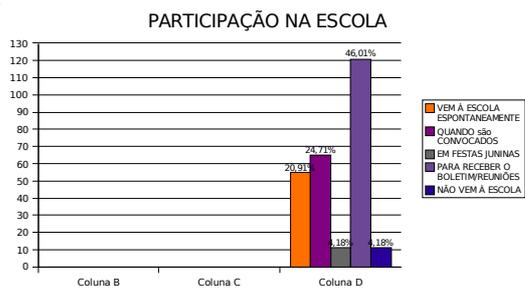
Vem à escola espontaneamente

Quando são convocados

Em festas juninas

Para receber boletins/ reuniões

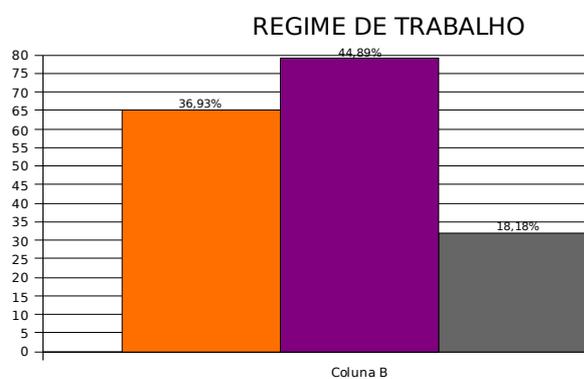
Não vem à escola



PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

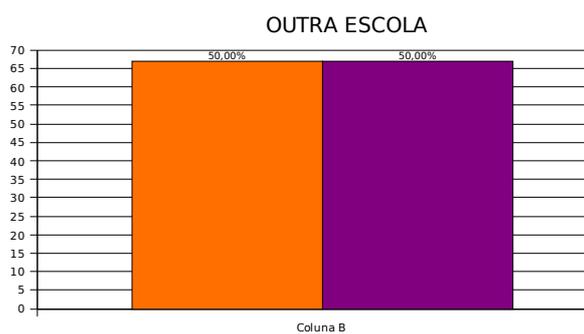
1. QUAL SE REGIME DE TRABALHO?

QPM	65
PSS	79
QFEB	32



2. TRABALHA EM OUTRA ESCOLA?

Sim	67
Não	67



REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

AMARAL, Wagner Roberto do. **A Política Pública de Educação e Diversidade da Rede Estadual de Educação do Paraná: trajetórias e Perspectivas.** (texto). Curitiba, 2010.

BRASIL. MEC. Resolução n 02/99;

_____ n 01/04;

_____ CNE/CEB. Parecer n 01/99;

_____ n 17/01;

_____ n 35/03;

_____ LDB n 9394/96;

BRASIL. Salto para o futuro. **Educação Integral.** Ano XVIII, Boletim 13. Brasília: MEC/SEAD, 2008.

CARDINET, Jean. **A Avaliação formativa num ensino diferenciado.** Coimbra. Livraria Almedina. 1986.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2003.

CRUZ. G. B. da. **A prática docente no contexto da sala de aula.** Artigo. Editora UFPR. 1995.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica- Arte.** Paraná. 2008

FERREIRA, Maura Syria Carapero (Org.) **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Pulo. **Pedagogia do Oprimido: Saberes necessários. A Prática Educativa.** Paz e Terra. São Paulo. 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capital Real.** 5ª Edição. 1995. Editora Cortez. São Paulo

_____ A Construção Curricular e demarcação discursiva: gênese e afirmação da Proposta Escola Cidadã de porto Alegre. 1999. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

_____ (Org.) CIAVATTA, Maria (Org.). Ensino Médio – Ciência, cultura e trabalho. Brasília: MEC, 2004.

- GASPARIN, João Luiz. **Uma Didática para a Pedagogia Histórica - Crítica**. 2ª Edição. Editora Autores Associados. 2003. Campinas São Paulo.
- GUERRA, Miguel Santos. **A Escola que Aprende**. ASA. 1993.
- LIBÂNIO, José Carlos, **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**, 2ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.
- LIMA, E. S. **Avaliação na Escola**. São Paulo: Sobradinho 107, 2002;
- LOPES, A. C. Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio: quando a integração perde seu potencial crítico. In LOPES A.C. e MACEDO, E. (orgs.) **Disciplinas e integração curricular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez Editora, SP 2005.
- MOREIRA, Antônio F. e Silva, Tomaz (org.) **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo. Cortez. 1994.
- NOSELLA, P. **A Escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- PARANÁ. Resolução n 3904/2008 – regulamenta a oferta de cursos do CELEM.
- PARANÁ. Instrução n 019/2008 – SUED/SEED. Estabelece critérios para implantação e funcionamento do CELEM
- PARANÁ. CEE. Deliberação n 010/99;
_____ Deliberação n 02/03;
_____ DEEIN. Departamento de Educação Especial Inclusão Educacional;
- PIMENTA, Selma Garrido; SILVA, Carmem Bissoli Da Franco, SANTORO, Maria Amélia, PINTO, Umberto D e Andrade. **Pedagogia e Pedagogos: Caminhos e Perspectivas**. São Paulo. Cortez. 1994.
- PRAIS, Maria de Lourdes. **Administração Colegiada na Escola Pública**. Campinas. Papyrus. 1990.
- ROGERS, Carl. **Um jeito de Ser**. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo. 1982.
- SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa, Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica**. Primeiras Aproximações. 8ª edição. 2003. Autores Associados. Campinas, São Paulo.

_____ **Escola e Democracia.** Autores Associados. São Paulo. 1992.

_____ **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica.** 10ª edição. 1994.
Editora Cortez. São Paulo.

SOARES, M. A entrada da criança no mundo da escrita: o papel da escola. IN
Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Ensino Fundamental de Nove Anos:**
Orientações Pedagógicas para os Anos Iniciais. SEED: Curitiba, 2010. P. 21-23.

VASQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** São Paulo; Paz e Terra, 1997.

VIANNA, Liça Oliveira de Almeida. **Planejamento Participativo na Escola: um
desafio ao educar.** São Paulo. EPU 1989.

Aprovado pelo Conselho Escolar de acordo com a Ata Nº 07/2010 de 07/12/2010.